



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
LETRAS - TRADUÇÃO - FRANCÊS

EMANUEL JUNIO REIS

**TRADUZINDO TIPHAINÉ SAMOYAUULT: TRADUÇÃO COMENTADA DE
*TRADUCTION ET VIOLENCE***

BRASÍLIA - DF

2021

EMANUEL JUNIO REIS

**TRADUZINDO TIPHAINÉ SAMOYAUULT: TRADUÇÃO COMENTADA DE
*TRADUCTION ET VIOLENCE***

Monografia apresentada à Universidade de Brasília -
UnB como exigência parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Letras - Tradução – Francês.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sabine Gorovitz.

BRASÍLIA - DF

2021

EMANUEL JUNIO REIS

**TRADUZINDO TIPHAINÉ SAMOYAUULT: TRADUÇÃO COMENTADA DE
*TRADUCTION ET VIOLENCE***

Aprovado em: 17/05/2021, com menção (SS).

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sabine Gorovitz (Orientadora – LET/UnB)

Prof^a. Dr^a. Alice Maria de Araújo Ferreira (Membro – LET/UnB)

Prof. Dr. Marcos Araújo Bagno (Membro – LET/UnB)

BRASÍLIA - DF

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RE53t Reis, Emanuel Junio
TRADUZINDO TIPHAINE SAMOYAUULT: TRADUÇÃO COMENTADA DE
TRADUCTION ET VIOLENCE / Emanuel Junio Reis; orientador
Sabine Gorovitz. -- Brasília, 2021.
105 p.

Monografia (Graduação - Letras - Tradução Francês) --
Universidade de Brasília, 2021.

1. Tradução Comentada. 2. Tradução e Violência. 3. Tradução
Cultural. 4. Tradução e Política. 5. Filosofia da Tradução. I.
Gorovitz, Sabine, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e irmã, pelo amor incondicional. Aos meus amigos Caio, Emerson, Fabrício, Renata e Lia, que me ajudam diariamente a superar qualquer obstáculo. À querida professora Sabine, por todas as contribuições para a realização desta tradução comentada e por todos os votos de confiança. À professora Alice, pelos apontamentos e reflexões. E, em especial, à Marcos Bagno, pela revisão cirúrgica do texto e por sua enorme generosidade.

RESUMO

A presente monografia apresenta uma tradução comentada do francês para o português de *Traduction et Violence*, ensaio recém-publicado da pesquisadora francesa em literatura comparada da Universidade Sorbonne Nouvelle - Paris III, Tiphaine Samoyault. Buscamos descobrir o que envolve traduzir um ensaio que precisamente condena os poderes de deformação e de destruição do ato tradutório. Nosso arcabouço teórico é construído com base nas contribuições de Tymoczko, (2018), Baker (2018), Iveković (2019) e da própria Samoyault (2020). Realizamos uma tradução literal (BERMAN, 2013) por meio de uma metodologia introspectiva e retrospectiva de trabalho (ZAVAGLIA, RENARD E JANCZUR, 2015). A adoção desse gênero para a construção de uma reflexão teórico-analítica do texto e da prática se mostrou eficaz para o contexto acadêmico-científico, em especial quando o escopo envolve uma tradução como meta-atividade.

Palavras-chave: Tradução Comentada; Tradução e Violência; Tradução Cultural; Tradução e Política; Filosofia da Tradução.

RÉSUMÉ

Cette étude présente une traduction avec commentaire, vers le portugais, de l'essai *Traduction et Violence* récemment publié par Tiphaine Samoyault, chercheuse en littérature comparée à l'Université Sorbonne Nouvelle - Paris III. Il s'agit de comprendre les implications de traduire un ouvrage qui dénonce précisément les pouvoirs de déformation et de destruction de l'acte lui-même. Le cadre théorique s'appuie sur les contributions de Tymoczko, (2018), Baker (2018), Iveković (2019) et Samoyault elle-même (2020). On a réalisé une traduction littéraliste (BERMAN, 2013) par le biais d'une méthode introspective et rétrospective (ZAVAGLIA, RENARD E JANCZUR, 2015). Cette approche s'est avérée efficace pour le contexte scientifique et pour faire une réflexion théorico-analytique approfondie du texte et de la pratique, notamment lorsqu'il s'agit d'une traduction portant sur sa méta-activité.

Mots-clés : Traduction avec commentaire; Traduction et violence; Traduction culturelle; Traduction et politique; Philosophie de la traduction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. TRADUÇÃO CULTURAL.....	10
2. TRADUÇÃO LITERAL	13
3. TRADUÇÃO COMENTADA	14
4. RELATÓRIO.....	15
4.1. As citações	16
4.2. As notas do tradutor	17
4.3. O campo lexical	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24
ANEXO I – Traduction et Violence [Texto-fonte]	25
ANEXO II – Tradução e Violência [Texto-alvo]	65

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por escopo apresentar uma tradução comentada das três partes iniciais do recém-publicado *Traduction et Violence* (2020), de Tiphaine Samoyault. Nele, a autora pretende provocar uma virada política sobre a concepção da tradução. Ela chama a atenção para as violências que são próprias do ato tradutório em si, e para as situações de violência em que a tradução atua de forma central. Com isso, ela não pretende condenar a tradução propriamente, mas apontar o seu “potencial de negatividade ativa” (2020, p.11), o seu espaço de conflito, bem como questionar o seu discurso leniente de uma atividade eminentemente positiva, de troca e de acolhimento da alteridade.

Assim, a elaboração desse trabalho é justificada pela relevância dessa obra para os Estudos da Tradução, especialmente para as subáreas da Filosofia da Tradução, Crítica da Tradução e para os Estudos de Tradução Cultural. Por sua renomada experiência como professora de literatura comparada, romancista e tradutora, Samoyault nos oferece um acurado ensaio crítico que atravessa diversos autores e obras.

É a partir desse lugar incômodo onde nos coloca Samoyault que nos sentimos compelidos a responder à seguinte questão: como traduzir uma obra que denuncia precisamente o potencial de deformação e de destruição desse ato/processo?

Com essa finalidade, abordamos aspectos teóricos da Tradução que envolvem seu valor ideológico e metadiscursivo (TYMOCZKO, 2018), seu engajamento e ativismo político (BAKER, 2018), suas questões filosóficas e culturais (IVEKOVIC, 2019), e sua violência (SAMOYAULT, 2020). Ainda, se faz necessário investigar a tipologia da tradução comentada como gênero (TORRES, 2017) e o contexto no qual está inserida, bem como a configuração da pesquisa (ZAVAGLIA, RENARD E JANCZUR, 2015) e, claro, definir o método de tradução mais adequado para este projeto (BERMAN, 2013).

Por fim, apresentamos um relatório com a dimensão do projeto e com as etapas do processo de tradução, por meio de comentários que explicitam nosso posicionamento frente às dificuldades do texto. Esperamos que a adoção deste gênero para a construção de uma reflexão teórico-analítica do texto e da prática do estudante se mostre eficaz para o contexto acadêmico-científico.

1. TRADUÇÃO CULTURAL

A tradução não é nem um objeto teórico, nem um processo técnico, mas um problema coletivo em constante movimento de deslocamento e de reabertura que deve, ele próprio, ser traduzido.

Etienne Balibar¹

A afirmação em epígrafe faz um convite para pensar a tradução como um problema coletivo, indo de encontro ao *ethos* da tradução nas mais altas instâncias políticas transnacionais pós mundialização, onde ela é frequentemente apresentada como uma operação eminentemente positiva de abertura, de acesso ao outro e de resolução de conflitos. É o caso, por exemplo, da Organização das Nações Unidas (ONU)², que atribui à tradução o papel de aproximar as nações e promover a paz, a compreensão e o desenvolvimento, e onde a tradução é celebrada não só como um ofício, mas como uma arte.

Esse discurso institucional revela ainda uma orientação ideológica que certamente produz efeitos sobre a tradução ali praticada, visto que, como aponta Maria Tymoczko, o valor ideológico do texto-fonte é complementado pelo metadiscurso da tradução, que “reside também na voz e na postura do tradutor, bem como em sua relevância para a audiência receptora” (2018, p. 3). Esses fatores situam o tradutor em um lugar de enunciação [ideológico, espacial e temporal] que pode ser dentro da cultura fonte, dentro da cultura-alvo ou um *outro lugar*.

Tymoczko busca identificar como surgiu esse *outro lugar*, essa metáfora da tradução como *espaço intermédio* [*in between*] à qual tantos teóricos se referem atualmente. E elenca alguns fatores que podem ter contribuído com essa simbologia: pode ter nascido da imitação sem reflexão crítica; ou por meio da posição do tradutor-

¹ Do francês : “*La traduction n'est ni un objet théorique, ni une procédure technique, c'est un problème collectif sans cesse déplacé et réouvert, qui doit lui-même se 'traduire'.*” Trecho do prefácio do livro de Rada Ivekovic : *Politiques de la traduction*. Exercices de partage. Paris: Terra-Hn Éditions, 2019, p. 15. Tradução nossa.

² Ver a Resolução 71/288, adotada em 24 de maio 2017 pela Assembleia Geral, disponível em: <https://www.un.org/fr/observances/international-translation-day>.

intérprete, que se posiciona literalmente entre duas partes; ou pela origem do termo, em latim; ou ainda pelo sentido e valor do *entre* para o pensamento pós-estruturalista.

Esse espaço *intermédio*, ainda que sedutor, é problemático uma vez que “sugere conotações ideológicas positivas” (2018, p. 12) que podem estar associadas a: (1) um arcabouço de concepções ocidentais limitadas; (2) um modelo capitalista e ocidental do tradutor como trabalhador autônomo; (3) uma noção romântica e elitista do tradutor como poeta, não condizente com a pesquisa histórica e materialista da tradução; e, por fim, (4) uma natureza do engajamento e ação coletiva enganosa, pois obscurece a necessidade desse trabalho.

Em contraste com esse *espaço intermédio*, encontramos em Mona Baker exemplos de grupos de tradutores e intérpretes ativistas abertamente engajados com a justiça global. Conforme a análise dos posicionamentos e estratégias prefigurativas desses grupos, a tradução realizada por eles não serve apenas de *intermédio* desses encontros culturais, mas participa ativamente da sua produção, sendo “um importante meio de construir identidades” (2018, p. 340). Seu engajamento e sua ação coletiva servem ainda para expandir o espaço e as narrativas de resistência das vozes invisibilizadas pelo *globish*, criando, deste modo, um lugar alternativo para a ação política por direito próprio.

Podemos relacionar esse tipo de ativismo com o conceito de tradução cultural de Rada Iveković, em que a tradução implica um ambiente de vida fronteiro, de *acolhimento* da alteridade ou mesmo de *asilo*, “em sentido amplo, contextual ao invés de textual, indisciplinado” (2019, p. 193, tradução nossa)³. Nesse contexto, a tradução adquire contornos sociais, políticos, filosóficos e literários que, segundo a autora, têm o poder de:

A tradução faz e desfaz as instituições e a sociabilidade. Ela é a mediação em ação. Ela é, portanto, políticas e métodos, no plural. Uma política de tradução pode contribuir para desarmar a violência que, como sabemos, é sempre possível, embora não seja, pelo menos em princípio, fatal. (2019, p. 194, tradução nossa)⁴.

³ Do francês: “*Nous entendons ainsi la traduction dans un sens élargi, contextuel plutôt que textuel, indiscipliné*”.

⁴ Do francês: “*La traduction fait et défait les institutions et la sociabilité. Elle est la médiation en acte. Elle est donc politiques et méthodes, au pluriel. Une politique de la traduction peut contribuer à désamorcer la violence qui, nous le savons, est toujours possible tout en n'étant pas, du moins en principe, fatale*” (IVEKOVIĆ, 2019, p. 194).

Assim, em sentido contrário ao otimismo apresentado até aqui, ao elogio que favorece a positividade do gesto tradutório, Tiphaine Samoyault se propõe a desconstruir o pressuposto irênico da falsa positividade da tradução. Nesses discursos, que ela considera ser o vocabulário da hospitalidade e do consenso democrático, podem ser destacadas duas tendências:

A primeira corresponde à exaltação da multiplicidade, que a tradução viria proteger contra as investidas homogeneizantes da globalização e da língua mundial. Diversidade, pluralidade, multilinguismo: eis o que a tradução se empenharia em exaltar, mesmo quando, como François Ost, se admite que pode haver nela uma pulsão anexionista. A segunda, é a marcada oposição entre tradução como uma experiência positiva do estrangeiro e conflito, que seria sua experiência negativa (SAMOYAULT, 2020, p. 22, tradução nossa)⁵.

A autora de *Tradução e Violência* afirma que é preciso recordar o potencial de apropriação e de redução da alteridade que a tradução tem manifestado na história dos encontros culturais, que também são histórias de dominação, como uma forma de revelar suas relações de conflito ou *diferendo*⁶, a fim de devolver seu “potencial de negatividade ativa” (SAMOYAULT, 2020, p. 11).

A partir dessa premissa, ela destrincha os conflitos da tradução ao apresentar diversos exemplos de antagonismos externos (históricos, geopolíticos) e internos (boas e más traduções, a questão do intraduzível), que constituem também o seu local de conflito e a sua força viva:

A negatividade não vem apenas da suposta perda que ocorre na passagem de uma língua à outra. Como espaço da relação, a tradução é também o local de um conflito, que precisa ser regulado para preservar uma forma de pluralismo. ‘Tradução agônica’ poderia ser o nome deste antagonismo domesticado. (SAMOYAULT, 2020, p. 11)⁷.

⁵ Do francês: “*La première correspond à l’exaltation de la multiplicité, que la traduction viendrait protéger contre les assauts homogénéisants de la mondialisation et de la langue mondiale. Diversité, pluralité, multilinguisme : voilà ce que la traduction entreprendrait d’exalter, même lorsque, comme François Ost, on reconnaît qu’il peut y avoir en elle une pulsion annexionniste. La seconde est l’opposition marquée entre traduction comme expérience positive de l’étranger et conflit, qui serait son expérience négative*”.

⁶ Diferendo in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-04-25 01:13:52]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/diferendo>.

⁷ Do francês: “*La négativité ne tient pas seulement à la perte supposée qui se produit dans le passage d’une langue à l’autre. Comme espace de la relation, la traduction est aussi le lieu d’un conflit qu’il s’agit de réguler pour préserver une forme de pluralisme. “Traduction agonique” pourrait être le nom de cet antagonisme apprivoisé*”.

A nosso ver, o conceito de tradução agônica de Samoyault dialoga com o paradoxo do “*entre-deux insupportable*” sugerido por Rada Iveković, visto que a tradução é em sua essência imperfeita, inacabada, não definitiva, passível de retradução e cheia de obstáculos intimidantes:

Nossa condição, nossa origem, nosso resultado não está nem no termo a ser traduzido nem no resultado da tradução, mas neste *inter-*, este *entre-deux insupportable* e não habitável que, no entanto, habitamos. É o paradoxo de ter um corpo e de não poder ser reduzido(a) a ele, bem como de não poder viver nem pensar sem ele. (IVEKOVIĆ, 2019, p. 220, tradução nossa. Grifo nosso).⁸

O “entre-deux insupportable” aqui não tem a ver com o “entre-lugar” apresentado anteriormente, pois o segundo pressupõe uma posição valorizada a ser ocupada pelo tradutor. Ao contrário, o primeiro diz respeito ao *confronto*, remonta ao *conflito*, ao *problema coletivo* em que a tradução está implicada.

Por fim, a vertiginosa obra de Tiphaine Samoyault não se predispõe apenas a apontar os problemas e as consequências negativas do ato tradutório, mas a colocar em cena novas questões que possam pavimentar uma outra política da tradução, que difere daquela apresentada inicialmente no discurso oficial da ONU.

2. TRADUÇÃO LITERAL

Adotamos aqui o conceito de tradução literal no sentido bermaniano da palavra. Buscamos nos ater à *letra* e à articulação consciente do binômio *reflexão* e *experiência*, onde liberdade e literalidade se unem em busca do “não-normatizado da sua língua” (BERMAN, 2013, p.175). Para Berman, a *analítica da tradução* é simultaneamente análise e destruição do que ele chama de tradução culturalmente *etnocêntrica*, literariamente *hipertextual* e, ainda, filosoficamente *platônica*.

⁸ Do francês : “*Notre condition, notre origine, notre aboutissement n’est situé ni dans le terme à traduire ni dans le résultat de la traduction, mais bien en cet inter-, cet entre-deux insupportable et invivable que nous vivons néanmoins. C’est le paradoxe d’avoir un corps et de ne pouvoir être réduit(e) à lui, mais de ne pouvoir vivre ni penser sans lui*” IVEKOVIĆ, 2019, p. 220.

A analítica, que é por essência negativa, abre por sua vez uma reflexão (positiva) sobre a dimensão ética, poética e pensante do traduzir. Esta tripla dimensão é o inverso exato da tripla dimensão da figura tradicional da tradução (2013, p. 35).

Sobre a dimensão ética, ele acrescenta que, por mais que possam surgir alguns dilemas que levem o tradutor a preservar a *legibilidade* da tradução (pensar no público), no fim:

O objetivo ético do traduzir, por se propor acolher o Estrangeiro na sua corporeidade carnal, só pode estar ligado à letra da obra. Se a forma do objetivo é a fidelidade, é necessário dizer que só há fidelidade — em todas as áreas — à letra (2013, p. 97).

3. TRADUÇÃO COMENTADA

Marie-Hélène Torres parte da premissa de que o comentário e a tradução têm uma relação intrínseca com a interpretação, ou seja, com a leitura. Seu desenvolvimento se dá pelo ato tradutório propriamente dito, passa pela crítica e pela história da tradução, promovendo uma autoanálise por parte do tradutor-pesquisador.

Além disso, o comentário “explica e teoriza de forma clara e explícita o processo de tradução, os modelos de tradução e as escolhas e decisões feitas pelos tradutores” (2017, p. 15). Ela toma a tradução comentada como gênero acadêmico-literário, e levanta algumas características:

O caráter autoral: o autor da tradução é o mesmo do comentário; **O caráter metatextual:** está na tradução comentada incluída a própria tradução por inteiro, objeto do comentário; a tradução está dentro do corpo textual (o texto dentro do texto); **O caráter discursivo-crítico:** o objetivo da tradução comentada é mostrar o processo de tradução para entender as escolhas e estratégias de tradução do tradutor e analisar os efeitos ideológicos, políticos, literários, etc. dessas decisões; **O caráter descritivo:** todo comentário de tradução parte de uma tradução existente e, portanto, reflete sobre tendências tradutórias e efeitos ideológico-políticos das decisões de tradução. **O caráter histórico-crítico:** todo comentário teoriza sobre uma prática de tradução, alimentando dessa forma a história da tradução e a história da crítica de tradução. (TORRES, 2017, p. 18, grifo nosso).

Já sobre a importância do gênero para os Estudos da Tradução, Zavaglia, Renard e Janczur (2015) discorrem sobre a necessidade de construção de uma espécie de hermenêutica da práxis. Elas acreditam que a tradução comentada seja um tipo de *pesquisa introspectiva e retrospectiva*, e que o conjunto de:

[...] cada parte, seja ela contextual (aspectos biográficos, estilísticos, históricos, científicos etc.), teórica (fundamentos para as estratégias adotadas etc.) ou crítica (tradução, análises da tradução etc.) explica, analisa, complementa por justificativas, abordagens, acréscimos a relação entre a prática acadêmica da tradução comentada e as bases teóricas possíveis que a fundamentam. (ZAVAGLIA, RENARD E JANCZUR, 2015, p. 348).

Dessa forma, a configuração da tradução comentada em contexto acadêmico seria a integração:

[...] de toda a pesquisa realizada sobre a vida e a obra do autor, sobre questões teóricas terminológicas ou estilísticas e de tradução, que resultariam no texto traduzido acompanhado de glosas específicas, seja na forma de notas ou apontamentos. (ZAVAGLIA, RENARD E JANCZUR, 2015, p. 348).

Partindo de tais premissas, nosso trabalho apresenta um *caráter autoral e metatextual*, uma vez que apresentamos os textos fonte e alvo objetos dos nossos comentários alinhados, além da tradução completa no anexo II, ou seja o texto dentro do texto; e um *caráter discursivo-crítico*, visto que o referencial teórico e metodológico nos orientaram no processo de tradução em si, assim como na elaboração do relatório, a seguir, onde apontamos as dificuldades e as estratégias adotadas por meio de comentários.

4. RELATÓRIO

O livro objeto deste trabalho está dividido em dez capítulos. Traduzimos a *Introdução*; o capítulo *1. Tradução e consenso democrático*; e o capítulo *2. Os antagonismos da tradução*. A versão final que apresentamos em anexo representa a tradução de 20% do total da edição francesa ou 39 laudas de 2.100 caracteres. Foram pouco mais 80 dias de trabalho entre o diálogo com a autora (que foi extremamente

generosa e solícita, vale ressaltar), o recebimento do arquivo, o processo de tradução, o processo de revisão e a entrega da versão final deste trabalho.

4.1. As citações

Uma das questões que nos preocupou antes mesmo de iniciarmos a tradução do livro foi definir como procederíamos com as inúmeras citações na obra.

Tiphaine Samoyault ora escolhe utilizar diretamente o título e/ou a citação em língua estrangeira, ora utilizar o título e/ou a citação traduzida, com as devidas referências em nota de rodapé. Sendo assim, optamos por complementar essas notas de rodapé ao indicar a versão para o português das citações, quando esta existir, além de transcrever o trecho do texto-fonte na nota de rodapé, tendo sido ele traduzido por nós ou por terceiros (tabela 1).

Texto-fonte	Texto-alvo
1. Antoine Berman, <i>La Traduction et la Lettre ou l'Auberge du lointain</i> , Paris, Seuil, 1999, p. 75.	1. Do francês : « <i>désir d'ouvrir l'Étranger en tant qu'Étranger à son propre espace de langue</i> ». Antoine Berman, <i>La Traduction et la Lettre ou l'Auberge du lointain</i> , Paris, Seuil, 1999, p. 75. Edição em português: <i>A tradução e a Letra ou o Albergue do Longínquo</i> . Trad. Marie-Hélène C. Torres; Mauri Furlan; Andreia Guerini. Florianópolis: PGET/UFSC. Copiart, 2013.

Tabela 1

Ao todo, fizemos a citação de dez versões para o português de títulos e/ou trechos, e vinte e cinco citações em que pontuamos ainda não haver uma versão para o português (tabela 2).

Texto-fonte	Texto-alvo
1. Il s'agit de la traduction de Deep Learning, de Ian Goodfellow, Yoshua Bengio et Aaron Courville : L'Apprentissage profond, Paris, Florent Massot Éditions et Quantmetry, 2018.	1. Trata-se da tradução de Deep Learning, de Ian Goodfellow, Yoshua Bengio e Aaron Courville: <i>L'Apprentissage profond</i> , Paris, Florent Massot Éditions e Quantmetry, 2018. Ainda sem versão para o português.

Tabela 2

4.2. As notas do tradutor

Sentimos a necessidade de incluir Notas do Tradutor em nossa versão final. No exemplo da tabela 3, como se trata de uma primeira aparição da sigla, preferimos conduzir o leitor ao seu significado. Também não encontramos um consenso para a tradução de *ouvroir*. Incluímos uma outra (N.t) para “MuCEM” com o mesmo propósito.

Texto-fonte	Texto-alvo	Comentário
(et il n'est pas surprenant que les expérimentations de l'Oulipo aient placé la traduction au premier plan)	(não surpreende que as experimentações do Oulipo ² tenham colocado a tradução em primeiro plano)	2. (N.t) Do francês “ <i>Ouvroir de Littérature Potentielle</i> ”, algo como Grupo/Ateliê/Oficina de Literatura Potencial.

Tabela 3

Já com este jogo de palavras na tabela 4, pensamos inicialmente em não o traduzir e depois de um tempo de reflexão, percebemos que seria possível também brincar com o sintagma em português.

Texto-fonte	Texto-alvo	Comentário
Mais, comme le souligne encore Alexis Nouss avec Derrida, la trahison peut être une forme de don, du moins en français : « donner quelqu'un, c'est le trahir ».	Mas, como aponta ainda Alexis Nouss com Derrida, a traição pode ser uma forma de dom, pelo menos em francês: “entregar alguém, é traí-lo ¹ ”.	1. (N.t) Jogo de palavras com o substantivo <i>don</i> [dom] e o verbo <i>donner</i> [dar], do francês: “ <i>donner quelqu'un, c'est le trahir</i> ”.

Tabela 4

4.3. O campo lexical

Em alguns casos, a seleção minuciosa da autora de algumas palavras/sintagmas provocam uma certa *estranheza*, que se tornou um desafio a ser reproduzido no texto-alvo. Já em outros casos, tivemos dúvida em traduzir certas palavras por outras, uma vez que nos parece haver um campo lexical para elas maior em português. Os comentários abaixo ilustram as dúvidas e reflexões internas do tradutor/estudante deste trabalho no processo de revisão. Vejamos alguns casos:

- *Fixeur* / Informante

Texto-fonte	Texto-alvo	Comentário
Le fixeur dans les régions en guerre est lui aussi souvent assimilé au traître et parfois jugé comme tel	O informante em zonas de guerra também é geralmente assimilado a um traidor e, às	Segundo o GDT ⁹ , trata-se de um anglicismo. Nesse caso, privilegiei o termo que traz de certa forma

⁹ Grand Dictionnaire Terminologique : http://gdt.oqlf.gouv.qc.ca/ficheOqlf.aspx?Id_Fiche=8869516.

après la résolution du conflit.	vezes, julgado como tal após a resolução do conflito.	um aspecto negativo.
---------------------------------	---	----------------------

Tabela 5

- *Dépaysés* / Despaisados

Texto-fonte	Texto-alvo	Comentário
L'assimilation a pour but d'effacer l'étrangeté de l'étranger, comme le dit Tocqueville dans un texte bien connu pour sa violence idéologique : les colons qui s'y installent doivent se trouver « aussi peu dépaysés que possible » et y rencontrer, « s'il se peut, une image parfaite de la patrie »	A assimilação visa apagar a estranheza do estrangeiro, como afirma Tocqueville em um texto bem conhecido por sua violência ideológica: os colonos que ali se instalam devem estar "o mínimo possível despaisados " e devem se deparar, "se possível, com uma imagem perfeita da pátria"	Preferi me apegar aqui à <i>letra</i> . O termo se justifica pelo seu caráter literário.

Tabela 6

- *Différend* / Diferendo

Texto-fonte	Texto-alvo	Comentário
Étienne Balibar est l'un des seuls philosophes à avoir	Étienne Balibar é um dos poucos filósofos a ter	<i>Différend</i> é um quase-sinônimo de <i>dispute</i> , como

longuement articulé les notions de violence et de traduction en mettant en rapport la différence et le différend .	articulado amplamente as noções de violência e de tradução, ao relacionar a diferença e o diferendo .	aponta o Juridictionnaire ¹⁰ . Encontrei alguns exemplos de tradução literal desse termo, tanto em Portugal, como no Brasil. Destaco o trabalho de tradução da “ <i>fiche de lecture</i> ” do livro de Lyotard, publicada na Lampejo ¹¹ e na qual também me orientei.
---	--	---

Tabela 7

- *Dérangés* / Desordenados

Texto-fonte	Texto-alvo	Comentário
la traduction démontre que le texte, comme le corps, peut cesser d’être lui-même en se transformant : les corps sont dérangés et ils ne se ressemblent plus	a tradução demonstra que o texto, assim como o corpo, pode deixar de ser ele mesmo ao se transformar: os corpos são desordenados e não se parecem mais uns com os outros.	O contexto diz respeito à metáfora do “corpo” ser transformado e transformável pela tradução. Fiquei na dúvida entre desordenados ou desarranjados.

Tabela 8

- *Traîtrise* / Deslealdade

¹⁰ Juridictionnaire: <https://www.noslangues-ourlangues.gc.ca/fr/juridictionnaire/differend-dispute>.

¹¹ Título original: “Fiche de lecture” in : LYOTARD, Jean-François. Le différend. Paris : Éditions de Minuit, 1983, pp. 9-15. Inédito em português. Tradução: Thiago Mota: http://revistalampejo.apoenafilosofia.org/?page_id=315.

Texto-fonte	Texto-alvo	Comentário
Trahison ou traîtrise ? Le premier substantif a des connotations éthiques auxquelles le second ajoute une couleur plus politique et juridique.	Traição ou deslealdade ? O primeiro substantivo tem conotações éticas, às quais o segundo acrescenta uma tonalidade mais política e jurídica.	Ela usa esse termo quatro vezes, e no mesmo parágrafo de termos semelhantes: traição, infidelidade, perfídia.

Tabela 9

- Rayonnement / Influência

Texto-fonte	Texto-alvo	Comentário
Il n'a pas peur de dire que la France doit maintenir son rayonnement dans « le territoire de l'expansion coloniale française »	Ele não tem receio de dizer que a França deve manter sua influência no "território da expansão colonial francesa"	Dúvida entre: Esplendor; Ascendência; Influência e Glória. Influência parece evidenciar melhor o aspecto negativo.

Tabela 10

- *Langue de bois* / Palavrório

Texto-fonte	Texto-alvo	Comentário
Entendons-nous bien : il ne s'agit pas de déplorer la générosité et l'ouverture des discours éthiques, mais	Que fique claro: não se trata de deplorar a generosidade e a abertura dos discursos éticos, mas de mostrar sua	Fiquei na dúvida se caberia uma tradução literal “língua de madeira”, como fazem

<p>d'en montrer l'homologie avec tout un propos post-politique, d'y relever un optimisme qui devient creux à force de se frotter à la langue de bois du jargon technocratique, et d'en pointer les limites pour la pensée de la traduction.</p>	<p>homologia com todo um discurso pós-político, de apontar um otimismo que se torna vazio em função de tanto esbarrar no palavrório do jargão tecnocrático, e de se apontar seus limites para o pensamento da tradução.</p>	<p>alguns tradutores da análise do discurso.</p>
--	--	--

Tabela 11

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos um percurso analítico a fim de compreender como questões ideológicas impactam diretamente em nosso gesto e em nossa postura enquanto tradutores. O que nos ajudou a ter em mente que todo discurso que nos atravessa é complementado pelo metadiscurso da nossa própria tradução, ou seja, que ele surte efeitos e tem um impacto para um determinado público. Compreendemos, portanto, que nossa prática e nosso posicionamento podem perpetuar as violências do mundo, seja de forma direta e concreta ou de modo indireto e simbólico.

Tendo isso em mente, buscamos tomar decisões tradutórias que levassem em consideração as questões sociais, políticas e filosóficas do nosso objeto de estudo. Uma tradução que, a nosso ver, buscou evitar as deformações do texto ou, mais precisamente, buscou preservar sua letra, a despeito de todos os conflitos que este ato envolve.

Por fim, acreditamos ter conseguido realizar uma reflexão teórico-analítica sobre o texto e a prática da tradução, que condiz igualmente com o objetivo maior deste trabalho de formação e de realização pessoal. Ainda, esperamos que ele possa servir de contribuição para outros colegas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKER, Mona. A tradução como um espaço alternativo para ação política. Cadernos de Tradução, v. 38, n. 2, p. 339-380, 2018.

BERMAN, Antoine. A tradução e a letra ou o albergue do longínquo. Trad. Marie-Hélène Catherine Torres, Mauri Furlan & Andréia Guerini. 2.^a ed. Tubarão: Copiart; Florianópolis: PGET/UFSC, 2013.

IVEKOVIĆ, Rada. Politiques de la traduction - Exercices de partage. Paris: Terra-HN Éditions, 2019.

SAMOYAUULT, Tiphaine. Traduction et violence. Paris: Seuil, 2020.

TORRES, Marie-Hélène Catherine. Por que e como pesquisar a tradução comentada? In: FREITAS, Luana Ferreira de; TORRES, Marie-Hélène Catherine; COSTA, Walter Carlos (orgs.). Literatura Traduzida tradução comentada e comentários de tradução volume dois. Fortaleza, CE: substância, 2017. p.15-35.

TYMOCZKO, Maria. Ideologia e a posição do tradutor: em que sentido um tradutor está num “intermédio”? Trad. Marcos Bagno. Inédito (mimeo).

ZAVAGLIA, Adriana; RENARD, Carla MC; JANCZUR, Christine. A tradução comentada em contexto acadêmico: reflexões iniciais e exemplos de um gênero textual em construção. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, v. 25, n. 2, p. 331-352, 2015.

ANEXO I – Traduction et Violence [Texte-fonte]

Tiphaine Samoyault

TRADUCTION ET VIOLENCE

INTRODUCTION

Seuls, chacun dans sa langue

Dans un avenir très proche, nous voyagerons seuls, chacun dans sa langue. On n’aura plus besoin d’apprendre les langues étrangères pour aller à la rencontre des autres. On débattrait peut-être encore des mérites comparés de la traduction manuelle et de la traduction informatisée, mais la seconde aura pris le pas sur la première. À l’heure où des livres paraissent entièrement traduits par des logiciels de traduction – en octobre 2018 est sorti en français le premier ouvrage scientifique de plus de 800 pages traduit par DeepL (logiciel de traduction informatisée fondé sur le *deep learning*)¹ –, la question se pose déjà. Certes, le contenu de ces livres est technique, mais l’application des progrès de l’intelligence artificielle à ce domaine est telle que ce même logiciel et d’autres comparables, même s’ils ne reposent pas tous sur les mêmes principes d’apprentissage, traduisent des textes littéraires avec un certain succès. L’Association pour la promotion de la traduction littéraire en France, ATLAS, a d’ailleurs entrepris récemment une expérience sur dix ans comparant ces différents outils (Google Translate et

1. Il s’agit de la traduction de *Deep Learning*, de Ian Goodfellow, Yoshua Bengio et Aaron Courville : *L’Apprentissage profond*, Paris, Florent Massot Éditions et Quantmetry, 2018.

□

traduction et violence

DeepL) et leur évolution appliqués à un certain nombre de textes classiques, de Dostoïevski à Salinger¹. On pourra ainsi mesurer, année après année, les améliorations apportées par les machines et leurs différents systèmes d'apprentissage. Il y a en effet deux manières de rendre les machines intelligentes. La première, utilisée jusqu'en 2016 et couramment appelée en français « traduction automatique », consiste à « nourrir » la machine de toutes les règles des langues et des dictionnaires et de l'entraîner à traduire de petits segments tout en lui signalant ses erreurs : c'est la « Phrase-Based Machine Translation », qui adopte une approche statistique. La seconde est celle, privilégiée aujourd'hui par la plupart des outils de traduction assistée par ordinateur (TAO), des « réseaux de neurones », qui implante dans la machine quantité de textes et de traductions et qui laisse l'ordinateur se former tout seul, s'entraîner et corriger ses erreurs : celles-ci lui sont signalées d'abord lors de la phase pratique de l'entraînement, puis il apprend à faire ses propres choix et ses rectifications. L'algorithme détermine peu à peu lui-même les règles de traduction qu'il va utiliser.

La mutation entraînée par l'efficacité grandissante de ces algorithmes est économique et cognitive. Elle démultiplie par milliers la quantité de traductions produites dans le monde chaque jour, accusant les inégalités de la représentation des langues et accélérant la disparition des plus fragiles d'entre elles. Elle transforme le travail du traducteur en le mettant au service de la correction ou de la vérification et non de la proposition ou de la trouvaille. Elle contraint celui-ci, s'il ne veut

1. L'expérience, intitulée « Observatoire de la traduction automatique », a défini cinq périodes ou domaines d'observation (prose classique, prose moderne, prose contemporaine, poésie et théâtre versifiés, non-fiction) et sept langues d'exercice (allemand, anglais, espagnol, italien, polonais, portugais et russe).



seuls, chacun dans sa langue

pas être un simple subordonné de la machine, à se former en intelligence artificielle au moins autant que dans les langues ou les cultures à traduire. Elle fait de la traduction l'opération majeure de la communication, mais moins dans la protection des spécificités de chaque langue que dans l'imposition d'un nouveau « globish », qui n'est plus l'anglais mais la traduction assistée, ou traduction automatique. Elle prétend à l'équivalence, à la transparence et au remplacement. Aussi les traducteurs privilégient-ils les langues à fort usage et sont-ils sans surprise plus efficaces et plus nombreux en anglais qu'en italien, en mandarin qu'en ouïghour, en bengali qu'en kannada. Dès lors, comment enseigner l'apprentissage profond pour certaines paires de langues où les corpus de textes traduits sont très limités ? Y a-t-il suffisamment d'échanges entre le farsi et l'islandais, entre le swahili et le coréen, pour qu'on puisse entraîner les machines à bien les traduire ? Quand on sait qu'il y a environ six mille paires de langues à traduire dans le monde, on saisit l'importance de l'enjeu. Ce problème implique l'existence de langues-relais, qui renouent avec certaines pratiques de la traduction historique humaine en confortant la position dominante d'une langue ou de quelques langues et en multipliant les risques d'erreur.

Peu de temps après la publication de ce livre-ci, des voyageurs de plus en plus nombreux arpenteront la planète pourvus d'une oreillette capable de traduire dans leur langue les propos de tous leurs interlocuteurs, quelle que soit leur langue maternelle. Actuellement, ce type d'appareil – que, rappelons-le, possèdent déjà les protagonistes de *Star Trek* – est commercialisé pour une quinzaine de langues et pratique une forme de traduction consécutive, le temps séparant la parole de sa traduction n'étant pas absolument simultané mais couvrant les quelques secondes qu'il faut à la machine pour écouter la voix,

□

traduction et violence

l'envoyer dans le cloud, la transcrire et la traduire. Pour les Jeux olympiques de 2020 au Japon, Sourcenext devrait produire un appareil capable de traduire près de soixante-quinze langues à destination du marché touristique (hôteliers ou chauffeurs de taxi). Les révolutions des machines et des algorithmes sont si rapides que toute donnée est vouée à l'obsolescence. On entre par cette réflexion dans un monde où la prédiction met moins de temps à se réaliser que la pluie annoncée n'en met pour survenir.

Pour penser la transformation des relations que ce développement de la traduction assistée par ordinateur implique, il faut cesser de penser la traduction comme une opération exclusivement positive d'accueil de l'étranger ou d'apprentissage des autres par leur langue. Il faut cesser d'en faire l'éloge ou de voir simplement en elle l'espace de la rencontre entre les cultures et les différentes façons de penser. La traduction peut devenir aussi l'outil principal de la marche vers un monde isolé, où chacun n'approche l'autre que par le petit bout de l'oreillette. La transparence est violence. Tout en se gardant bien d'observer ces évolutions sur le mode de la hantise ou de l'angoisse, il paraît donc important de penser autrement l'ensemble des processus de communication ; et, pour cela aussi, de comprendre la traduction comme une opération ambiguë, complexe, capable du meilleur comme du pire. Il faut rappeler quelle puissance d'appropriation et de réduction de l'altérité elle a manifesté dans l'histoire des rencontres culturelles, qui sont aussi des histoires de domination.

La généralisation contemporaine d'un discours positif sur la traduction, facteur de pluralité et d'ouverture, de relation éthique à l'autre, qui en fait le plus souvent désormais l'antonyme de la guerre ou du conflit, prive celle-ci d'une partie importante de sa force pensive. Outre qu'elle joue un rôle



seuls, chacun dans sa langue

parfois décisif (et peu à son avantage !) dans les processus de guerre, comme l'ont montré Emily Apter pour la guerre en Irak, Mona Baker pour le conflit israélo-palestinien et Alain Ricard pour le contexte de l'apartheid¹, elle est aussi l'espace irréductible d'une confrontation. De tous les objets de pensée, il en est peu qui soient à ce point non solubles dans la dialectique, qui restent si obstinément attachés au deux, à la différence et à l'opposition. Placer la langue de la traduction dans le vocabulaire du consensus démocratique ne va donc pas sans paradoxe, ni sans difficulté : cela implique de réduire, d'affaiblir, voire de nier totalement, tous les conflits qui sont inscrits en elle. Ce tournant éthique de la traduction, révélateur d'une mutation du discours politique général allant dans ce sens (parvenir à une société pacifiée, sans conflits, vivre dans un monde sans ennemis...), s'impose au prix d'une réduction de la différence entre l'un (ou soi) et l'autre, d'une confiance sans doute assez fallacieuse en la réciprocité et l'empathie. Ce sont ces paradoxes et ces difficultés que j'aimerais en partie défaire dans ce qui va suivre, afin de redonner à la traduction son potentiel de négativité active.

La négativité ne tient pas seulement à la perte supposée qui se produit dans le passage d'une langue à l'autre. Comme espace de la relation, la traduction est aussi le lieu d'un conflit qu'il s'agit de réguler pour préserver une forme de pluralisme. « Traduction agonique » pourrait être le nom de cet antagonisme apprivoisé. Son potentiel est théorique puisqu'elle propose de

1. Emily Apter, *The Translation Zone : A New Comparative Literature*, Princeton, Princeton University Press, 2006 ; traduit de l'anglais par Hélène Quiniou sous le titre *Zones de traduction. Pour une nouvelle littérature comparée*, Paris, Fayard, 2016. Mona Baker, *Translation and Conflict : A Narrative Account*, Londres/New York, Routledge, 2006. Alain Ricard, *Le Sable de Babel. Traduction et apartheid*, Paris, CNRS Éditions, 2011.



traduction et violence

renverser la dialectique en ne reconnaissant pas la synthèse. Il est aussi politique : comment penser la différence qui ne se réduit pas, le conflit qui ne se résout pas ? Enfin, il est pratique. Beaucoup de traducteurs connaissent bien des aspects scéniques de cette confrontation conflictuelle avec l'autre (l'autre langue, l'autre auteur, l'autre texte...), relation dans laquelle ils se débattent, où leur propre langue se fragilise et qui les laisse souvent impuissants ou incomplets : défaillants. Indiquer les voies par lesquelles la traduction est aujourd'hui engagée dans le discours du consensus conduit à montrer aussi comment celles-ci constituent une mutation discursive par rapport à des discours antérieurs et dans l'histoire longue des discours la concernant. Dans certains lieux, la traduction continue à faire jouer les conflits : il y a une polémique du traduire et une polémique dans le traduire. Rappeler cet aspect de la réflexion, analyser la force du négatif dans la pensée de la traduction, voilà un des objectifs de ce livre. Il n'est pas question de simplement renverser un discours positif en discours négatif, il s'agit d'instituer une dimension de conflit qui permette de voir se lever des contradictions dans la pratique, des forces de domination ou de vulnérabilité des langues, de nouvelles relations issues de l'interaction de l'homme et de la machine reconfigurant les communautés et les liens qui s'établissent entre elles.

Depuis de nombreuses années j'ai choisi d'enseigner les mouvements par lesquels la littérature circule et se transmet plutôt que la littérature elle-même. La raison en est sans doute que je me suis aperçue que l'expérience de la littérature était un « pour soi » qui ne s'enseignait pas. Plutôt que l'échappée savante par l'histoire littéraire, j'ai préféré le détour par l'atlas, du côté des voyages des textes et des langues, où les œuvres sont en perpétuelle transformation et ne ressemblent jamais vraiment



seuls, chacun dans sa langue

à elles-mêmes ; où l'on croise tant d'histoires de reprises, de découvertes, d'injustices et d'oublis. Une autre raison en est que ma discipline universitaire, la littérature comparée, a été profondément transformée par l'ouverture vers la littérature mondiale. Celle-ci ne doit pas être considérée comme un tout saisissable par la connaissance ou par l'esprit, elle doit l'être comme un ensemble de relations, dont on peut faire un système (comme Pascale Casanova le montre dans *La République mondiale des lettres*) mais que l'on peut aussi envisager de façon plus souple en mettant en évidence certaines relations spécifiques, dont on retrouve les traits dans d'autres cas (selon des variables repérables dans l'espace et dans le temps). Surtout, on peut produire une pensée du traduire qui accompagne le mieux possible le décentrement provoqué par une perspective mondialisée, et qui ne soit ni franco-centrée ni exclusivement européen-centrée (comme l'est restée longtemps la littérature comparée).

C'est la tâche que je me suis donnée avec les étudiantes et les étudiants que j'accompagne le temps d'un master ou d'une thèse. Avec Claude Mouchard, à Paris 8, nous avons fondé une revue d'étudiants, intitulée *Translations*, où nous proposons aux nombreux étudiants étrangers présents dans nos cours de nous faire découvrir leur littérature par le biais de traductions : nous y publions aussi bien des poètes géorgiens que des poètes coréens, des petites proses islandaises contemporaines que d'anciens contes créoles, des proverbes bambaras que des poèmes palestiniens. La collaboration des étudiants qui avaient le français pour langue maternelle était décisive pour stabiliser les traductions, leur donner sens et rythme. La traduction est un art collectif ; elle permet de réfléchir à des formes de collectivisation du littéraire, à plusieurs niveaux : parce qu'on y est toujours au moins deux, et qu'on peut être aussi plusieurs (et il n'est pas surprenant que les expérimentations de l'Oulipo aient placé



traduction et violence

la traduction au premier plan) ; mais aussi parce que l'œuvre elle-même est pensée comme étant plurielle ou composée de l'ensemble de ses états, écrits, oraux, passés, présents et à venir : c'est la thèse de Borges sur Homère, celle de Léon Robel et de Jacques Roubaud sur la poésie¹. Pendant un certain temps, je présentais cette idée d'une pluralité de l'œuvre et d'une relative disparition de l'original comme paradoxale. Je la perçois aujourd'hui comme une évidence. Le texte n'a de véritable existence qu'entre les différentes versions. On n'accorde pas l'autorité majeure à une seule d'entre elles ; on n'inscrit même plus la substitution d'autorité par laquelle on pense parfois la traduction, mais on remet en jeu cette question, en renonçant notamment au problème de la « fidélité ». On engage de nouveau, par rapport à la stabilité longtemps attribuée à l'écrit, des procédures de transmission qui sont davantage celles de l'oralité. Ainsi, cette pensée participe à une conception renouvelée du texte littéraire capable peut-être de réconcilier oralité et écriture, du moins à ne pas en faire deux modalités entièrement séparées du littéraire. La pratique de la traduction est essentielle pour la penser, de nombreux théoriciens l'ont souligné. C'est par elle qu'on éprouve aussi les résistances du traduire et les puissances de conflit qu'il y a en elles. Aux côtés de Michel Deguy, de Claude Mouchard toujours et de Martin Rueff, nous en faisons le programme de la revue *Poésie*. La raison ou la déraison poétiques

1. « Un poème s'identifie à l'ensemble structuré de ses états (écrits ou oraux ; lectures et publications ; souvenirs dans telle ou telle tête ; traductions et réécritures ; passés ou présents [...]) – et ses états traduits sont loin d'être une composante négligeable de sa définition même, dans la langue où ils sont d'abord composés, avant d'être traduits et retraduits sans cesse par lecteurs et auditeurs » (Jacques Roubaud, « Parler pour les "idiots" : Sébastien Chasteillon et le problème de la traduction », *Seizièmes Assises de la traduction littéraire (Arles 1999)*, Arles, Actes Sud, 2000, p. 34-35).



seuls, chacun dans sa langue

sont aussi la raison ou la déraison traductives. Dans l'effort pour traduire les poètes, ce n'est pas la transparence qui est violence, comme avec la traduction assistée par ordinateur, mais le corps-à-corps avec la langue travaillée par le poème au-delà de sa limite. Le sens, pas plus que les sons et les mots, n'est enclos définitivement dans le poème. Ils peuvent voler. Les étourneaux donnent une forme à leur envol, énigmatique pour nous, mais surprenante et belle. Et pourtant ils volent et se déplacent, transportent leur forme ailleurs selon un rythme qui dessine leur espace et leur temps. Le poème nous met à l'épreuve de nos usages quotidiens et sociaux du langage et des malentendus qu'ils provoquent. En le traduisant, nous libérons la relation de la parole et de la vérité.

Traduire pour rester face à face
En silence
Dans le miroir de la langue
Traduire pour me rejoindre
Là où je ne suis plus
Et pour les rejoindre
Où ils ne peuvent plus être.
Traduire pour me rapatrier
Syllabe après syllabe
Mot après mot
Phrase après phrase.
Traduire comme on ferme les
paupières – points de suture.
Traduire contre les cendres
Traduire contre les cendres
Traduire contre les cendres¹.

1. Martin Rueff, « Haute-fidélité », in *Comme si quelque*, Chambéry, Comp'Act, 2006, p. 173.



traduction et violence

La violence est d'abord dans le langage qui sépare avant de réunir. Le pluriel des sens est source de conflit avant d'être une richesse. La traduction a aussi affaire avec cette violence-là, pour rapatrier les morts et tout ce qui est tu. « Traduire contre les cendres » : contre la violence de la destruction, traduire contre la disparition inévitable. En affrontant directement le conflit inhérent à toute rencontre, la traduction prend aussi en charge ces violences du monde et de la vie en commun.

Traduction et consensus démocratique

Comment dit-on grand-mère, en français ? – En français ? Grand-mère.¹

Eugène Ionesco

Qu'il soit discours théorique ou discours institutionnel, qu'il s'écrive en français, en anglais ou dans toute autre langue, le discours contemporain sur la traduction favorise la positivité du geste : il peut être le révélateur de la vérité selon Hans Georg Gadamer, synonyme de la pensée chez Walter Benjamin ; il peut être hospitalité pour Antoine Berman ou pour Paul Ricœur ; il est encore le garant de la pluralité contre l'ontologie selon Barbara Cassin dans son introduction au *Vocabulaire européen des philosophies*, gardien de la pluralité contre l'hégémonie de la langue unique. Avec les réserves de rigueur, les « malgré » de la résistance des œuvres à la traduction et des difficultés du traduire, ce discours s'exprime sur un plan institutionnel, celui de la politique ou de la doxa, autant que sur un plan philosophique et théorique. C'est un propos généreux, ouvert et confiant. Il repose le plus souvent sur la croyance

1. *La Leçon*, Paris, Gallimard, coll. « Folio », 1954, p. 128.

traduction et violence

dans les vertus de la communication entre les cultures, sur l'éloge de la diversité et sur l'oubli des relations d'inégalité ou de domination.

Les discours institutionnels, ceux qu'on entend de la bouche de certains experts ou chargés de mission à la langue dans les organismes internationaux, illustrent parfaitement ces convictions généreuses. Ainsi, Mikaël Meunier, qui travaillait à la Direction générale de la traduction à la Commission européenne, et qui présentait son service comme le plus grand office de traduction institutionnelle au monde (avec en 2014 1 500 traducteurs, 24 langues officielles et 552 combinaisons linguistiques possibles), affirmait que « l'Union européenne, c'est une communauté de peuples, de valeurs. C'est une union riche de multiples diversités : diversité religieuse, diversité linguistique, diversité ethnique... Non pas un simple mélange, mais une véritable mosaïque. Et c'est ce type de diversité qui fait de l'Europe ce qu'elle est devenue : d'une terre de conflits à une source de richesses. Sans cette diversité, l'Europe en tant qu'idée, en tant que projet, n'existerait plus¹ ». Traduite en œuvre d'art chatoyante et colorée, la diversité est exaltée comme l'instrument d'un développement pacifié. Si l'ennui naît de l'uniformité, l'harmonie découlerait alors logiquement de la multiplicité. Cette Commission européenne est celle qui a mis au point le service eTranslation permettant aux administrations publiques d'obtenir rapidement des traductions automatiques brutes à partir de et vers toutes les langues officielles de l'Union européenne. L'outil est utile et il est relativement effi-

1. Mikaël Meunier, responsable linguistique, Direction générale de la traduction, Représentation en France de la Commission européenne – <http://www.agence-erasmus.fr/article/44/mikael-meunier-commission-europeenne-traduction-et-multilinguisme>.



traduction et consensus démocratique

cace. Mais il réduit singulièrement le multiple des langues en le reconduisant à du même sous l'effet du calcul machinique. Faudrait-il se rassurer en se disant qu'il n'est pas encore parfaitement fiable, qu'il a besoin de la collaboration de locuteurs bilingues, que rien ne remplace la communication humaine ? Ce n'est pas sûr.

Longtemps délégué général à la langue française et aux langues de France auprès du ministère de la Culture, Xavier North est lui aussi un ardent défenseur de la diversité linguistique et de la fécondité des échanges entre les langues. À ce titre, il se mobilise en faveur de la traduction comme enjeu politique, intervenant dans de très nombreuses institutions, dans les médias, mais aussi dans le catalogue de l'exposition présentée au MuCEM de Marseille en 2017 sous le commissariat général de Barbara Cassin, *Après Babel, traduire*. L'intérêt de son discours vient de ce que sa position le rend tout à fait décomplexé par rapport à l'emploi du vocabulaire de la domination et de la souveraineté. Il n'a pas peur de dire que la France doit maintenir son rayonnement dans « le territoire de l'expansion coloniale française », même s'il reconnaît en même temps le caractère problématique de la coexistence des différentes langues dans ces régions du monde. C'est pourquoi lui aussi recommande de « s'ouvrir aux autres communautés linguistiques par une grande politique de la traduction »¹.

1. Xavier North, « Territoires de la langue française », *Hérodote*, n° 126, 2007/3, p. 9-16. Dans le texte qu'il écrit pour le catalogue de l'exposition du MuCEM, *Après Babel, traduire*, il déclare : « [S]eule la traduction

– parce qu'elle permet le passage d'une langue à l'autre tout en préservant la spécificité de chacune d'elles – apporte une réponse susceptible de concilier les deux impératifs auxquels l'Europe est fondamentalement attachée : le maintien de sa diversité linguistique (qui dépend de la "fonctionnalité" de chacune des langues concernées) et la construction de son unité (grâce à la circulation des idées et des expressions culturelles et artistiques) » (Xavier



traduction et violence

Ses idées ont été reprises par tous les politiques depuis lors, au point qu'une des premières décisions d'Emmanuel Macron en tant que président concernant la langue française a consisté à créer un prix de traduction et que Françoise Nyssen, alors ministre de la Culture, a ouvert le Salon du livre de Beyrouth de 2017 en parlant de la langue que nous avons en partage, « le français » et de la langue qui nous relie, « la traduction ». Cette idée de la traduction comme langue, qui s'autorise bien souvent de la formule d'Umberto Eco, « La langue de l'Europe, c'est la traduction », est efficace, même si elle est fautive, bien entendu. La traduction n'est pas une langue, mais une opération entre les langues. Une telle formule a pour particularité de masquer l'éventuelle béance qui sépare l'une et l'autre langue et que la traduction peine souvent à combler : elle apaise le conflit. Si, comme le dit Françoise Nyssen, « le dialogue entre la France et le Liban passe par une autre langue : celle de la traduction¹ », alors la traduction remplacerait la connaissance des langues autres. Parce que la traduction implique encore le multilinguisme de ses praticiens, elle favoriserait ce miracle de rendre tout le monde multilingue à son tour. Ce discours repose, peut-être malgré lui, sur un déni important : faire de la traduction une langue, c'est dans ce cas oublier l'arabe, la nécessité de se former à l'arabe, langue encore bien peu apprise par les Européens, et de désenclaver les références arabes et islamiques.

North, « Politique de la langue : points chauds », in *Après Babel, traduire*, Arles, Actes Sud/MuCEM, 2016, p. 73).

1. « Discours de Françoise Nyssen, à l'occasion de l'inauguration du Salon du livre francophone de Beyrouth », 3 novembre 2017 – <http://www.culture.gouv.fr/Presse/Archives-Presses/Archives-Discours-2012-2018/Annee-2017/Discours-de-Francoise-Nyssen-a-l-occasion-de-l-inauguration-du-Salon-du-livre-francophone-de-Beyrouth>.



traduction et consensus démocratique

Ce discours euphorique des politiques est relayé dans certains textes savants par les outils de leur vulgarisation, comme par exemple le « Que sais-je ? » sur la traduction, dû au linguiste Michaël Oustinoff qui explique que « la traduction n'est pas qu'une simple opération linguistique : les langues sont inséparables de la diversité culturelle, cette diversité vitale que l'ONU, au travers de l'UNESCO, entend défendre afin d'éviter la prolifération de conflits dus au choc des cultures en ce xxi^e siècle¹ ». On le rencontre aussi sous la plume de François Ost, auteur de *Traduire. Défense et illustration du multilinguisme*², avec des formulations largement héritées de Ricœur : « C'est l'idée dialectique que nos identités sont relatives, et que les différences qui nous séparent ne sont pas absolues. Sur la base de cette intuition, nous pouvons entrer en traduction, faire résonner quelque chose de l'autre, trouver des équivalents, des potentialités qui dormaient dans notre propre langue et dans notre propre culture, et qui se réveillent à l'occasion du travail du traducteur. Je suis convaincu qu'il existe une prédisposition éthique à l'origine du réflexe traducteur ; il me semble que, sans cette position du "soi-même comme un autre", la traduction est toujours menacée de devenir hégémonique, assimilatrice. L'histoire en fournit des exemples : ainsi quand Rome s'appropriait les poètes et dramaturges grecs, ou que la France du xvii^e siècle "polissait" en langue de cour la littérature étrangère qu'elle traduisait (c'était l'époque des "belles infidèles")³. »

1. Michaël Oustinoff, *La Traduction*, Paris, PUF, coll. « Que sais-je ? » 2003, p. 8.

2. Paris, Fayard, 2009.

3. François Ost et Nicole Bary, « La traduction et le multilinguisme », *Études*, n° 417, 2012/12, p. 653-665.



traduction et violence

On peut relever deux grandes tendances dans ces discours. La première correspond à l'exaltation de la multiplicité, que la traduction viendrait protéger contre les assauts homogénéisants de la mondialisation et de la langue mondiale. Diversité, pluralité, multilinguisme : voilà ce que la traduction entreprendrait d'exalter, même lorsque, comme François Ost, on reconnaît qu'il peut y avoir en elle une pulsion annexionniste. La seconde est l'opposition marquée entre traduction comme expérience positive de l'étranger et conflit, qui serait son expérience négative. Il est à noter, par exemple, que dans l'introduction du « Que sais-je ? » l'opposition se joue autour de deux termes exprimant le multiple, « diversité vitale » d'un côté et « prolifération » de l'autre, où s'opposent le vocabulaire de la bonne santé et celui de la maladie. Il y aurait une bonne et une mauvaise multiplicité, et la traduction nous garantirait la bonne. Cette langue contemporaine de la traduction n'est que la version édulcorée, un peu irénique, du tournant éthique de la théorie de la traduction observable depuis Antoine Berman, Lawrence Venuti, Anthony Pym. Elle se fait effectivement le relais du discours de la philosophie, et Paul Ricœur le synthétise parfaitement dans les conférences données entre 1997 et 1999 : « Le bonheur de traduire est un gain lorsque, attaché à la perte de l'absolu langagier, [le traducteur] accepte l'écart entre l'adéquation et l'équivalence, l'équivalence sans adéquation. Là est son bonheur. En avouant et en assumant l'irréductibilité de la paire du propre et de l'étranger, [il] trouve sa récompense dans la reconnaissance du statut indépassable de la dialogicité de l'acte de traduire comme l'horizon raisonnable du désir de traduire. En dépit de l'agonistique qui dramatise la tâche du traducteur, celui-ci peut trouver son bonheur dans ce que j'aimerais appeler l'hospitalité langagière¹. » Là aussi, même si le vocabulaire et

1. Paul Ricœur, *Sur la traduction*, Paris, Bayard, 2004, p. 19.



traduction et consensus démocratique

la manière de dire sont assez différents, on observe ces deux traits du dialogue du multiple et de l'hospitalité heureuse de l'étranger comme caractéristiques de la traduction ou de ce que Ricoeur appelle « défi et bonheur de la traduction ». Il est intéressant toutefois de remarquer que l'agonistique n'est pas ici opposée à la traduction (comme c'est le cas chez Michaël Oustinoff), mais présentée comme une étape nécessaire de la pratique, qu'il va s'agir, par la pratique également, de surmonter et de dépasser. Le vocabulaire de l'hospitalité est aussi très présent chez Antoine Berman : il parle d'« auberge du lointain », reprenant l'expression du troubadour Jaufré Rudel pour titrer l'un de ses livres ; il plaide contre l'« ethnocentrisme », il prend en compte le « désir d'ouvrir l'Étranger en tant qu'Étranger à son propre espace de langue¹ ». Le très beau titre de son essai le plus célèbre, *L'Épreuve de l'étranger*, l'énonce avec insistance : l'épreuve est double, au sens du labeur et de l'impression. On se laisse entamer par autrui, ce qui engage un travail, une tâche, soumis à une éthique : « Traduire, c'est bien sûr écrire, et transmettre. Mais cette écriture et cette transmission ne prennent leur vrai sens qu'à partir de la visée éthique qui les régit. En ce sens, la traduction est plus proche de la science que de l'art – si l'on pose du moins l'irresponsabilité éthique de l'art². » On le retrouve sous la plume du traductologue nord-américain Lawrence Venuti, où s'impose une éthique « qui prend pour idéal la reconnaissance de la différence culturelle », toute situation minoritaire étant à même de redéfinir ce qui constitue le propre et l'étranger, « *the "domestic" and the "foreign"* »³. Cette « langue » possède aussi

1. Antoine Berman, *La Traduction et la Lettre ou l'Auberge du lointain*, Paris, Seuil, 1999, p. 75.

2. Antoine Berman, *L'Épreuve de l'étranger. Culture et traduction dans l'Allemagne romantique*, Paris, Gallimard, coll. « Tel », 1984, p. 17.

3. Lawrence Venuti, *The Scandals of Translation : Towards an Ethics of Difference*, Londres/New York, Routledge, 1998, p. 187.



traduction et violence

un lexique technique, souvent utilisé par les traducteurs eux-mêmes : le mot « négociation », par exemple, dont Umberto Eco fait un usage immodéré en italien (*negoziazione*)¹, comme Sandra Bermann ou Michael Wood en anglais (*negotiation*)², infiltre aujourd'hui tout discours de savoir et la culture dans son ensemble. Reviennent eux aussi fréquemment les termes « dialogisme » et « échange », « métissage culturel » et « localisation ». Bref, le vocabulaire du consensus démocratique dans les sociétés néolibérales, que reprennent à l'envi toutes les analyses de géopolitique du traduire, où la traduction est considérée « comme l'une des conditions du dépassement des discours identitaires, en ce sens qu'elle offre les possibilités de confrontation entre les différentes réalités culturelles et permet de soulever un ensemble de questions touchant à la fois au fonctionnement

1. Umberto Eco, *Dire presque la même chose. Expériences de traduction*, traduit de l'italien par Myriem Bouzaher, Paris, Grasset, 2003 :

« Dire presque la même chose est un procédé qui se pose, nous le verrons, sous l'enseigne de la *négociation* » (p. 9 – je souligne) ; « Je veux seulement répéter que bien des concepts circulant en traductologie (équivalence, adhésion au but, fidélité ou initiative du traducteur) se placent pour moi sous l'enseigne de la *négociation* » (p. 17 – je souligne) ; « La fidélité est plutôt la conviction que la traduction est toujours possible si le texte source a été interprété avec une complicité passionnée, c'est l'engagement à identifier ce qu'est pour nous le sens profond du texte, et l'aptitude à négocier à chaque instant la solution qui nous semble la plus juste. Si vous consultez n'importe quel dictionnaire italien, vous verrez que, parmi les synonymes de *fidélité*, il n'y a pas le mot *exactitude*. Il y a plutôt *loyauté*, *honnêteté*, *respect*, *piété* » (p. 435 – je souligne).

2. Sandra Bermann et Michael Wood (eds), *Nation, Language, and the Ethics of Translation*, Princeton, Princeton University Press, 2005. Voir notamment toute l'introduction, et en particulier, page 8 : « *At every juncture where there is translation [...] there is, along with problems of misunderstanding, deception, inequality, and linguistic oppression also hope for insight, reciprocity, and therefore creative negotiation.* »



traduction et consensus démocratique

des champs de production culturelle et aux échanges internationaux¹».

Ce discours est d'autant plus positif et généreux qu'il ne fait pas l'impasse sur les difficultés de la traduction elle-même et sur les problèmes posés par sa diffusion (inégalité des échanges, hiérarchie inégalitaire du monde économique sur laquelle se calent les transferts culturels, comme l'ont bien montré toutes les solides analyses sociologiques conduites par Gisèle Sapiro et son équipe pour la France², et par d'autres ailleurs). Dans l'ensemble de ses travaux – à commencer par la fascinante entreprise du *Vocabulaire européen des philosophies*, justement surnommé « Dictionnaire des intraduisibles » – Barbara Cassin insiste sur l'idée qu'il n'y a jamais *une* traduction, pas plus qu'il n'y aurait une seule langue. S'il faut toujours traduire, si la traduction est interminable, c'est parce que le sens ne cesse de bouger dans la langue. Pourtant, malgré l'effort considérable fait en faveur d'une inscription de la traduction dans le champ du politique, et peut-être à cause de cela, le discours de Barbara Cassin n'échappe pas non plus à la généralité irénique, comme en témoigne son *Éloge de la traduction*, qui se termine par une apologie de l'autre et de ses langues : « Je voudrais détailler l'éloge, écrit-elle, en récapitulant. D'abord, il y a de la considération de l'autre, un semblable, comme moi pas comme moi : l'autre n'est pas un barbare. Les langues sont

1. Jean-François Hersent (universitaire, mais qui travaillait au ministère de la Culture lorsqu'il a publié ces lignes), « Traduire : rencontre ou affrontement entre cultures ? », *Hermès*, n° 49, 2007, p. 161. Tout le volume est marqué par ce discours, y compris les interventions des experts non occidentaux (Lalbila Aristide Yoda à propos du Burkina Faso, Xu Jun à propos de la Chine...).

2. Gisèle Sapiro (dir.), *Translatio. Le marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation*, Paris, CNRS Éditions, 2008.



traduction et violence

comme un panthéon par différence avec une église, ce sont des dieux avec un x et pas un dieu unique. Il faut du respect, *aidôs*, conscience du regard de l'autre (cela même que les banlieues réclament), au fondement du politique. La traduction "met en considération" l'autre et trame la diversité, bien au-delà du politiquement correct¹. » Même l'affrontement concret avec l'intraduisible y est vécu comme une chance, ainsi qu'elle le redit dans la présentation du catalogue de l'exposition *Après Babel, traduire* : « Les "intraduisibles" sont les symptômes de la différence des langues, c'est pourquoi ils sont si précieux : à travers eux, on enrichit et on complique sa propre perception du monde, on comprend que c'est une langue qu'on parle, une langue "entre autres", singularisée par ses équivoques signifiantes sur lesquelles on joue quand on rêve comme on fait des rébus. Rien de plus concret, rien de plus ludique². » Certes, mais il arrive aussi que l'intraduisible soit l'excuse pour ne plus traduire. On peut rappeler que la Constituante avait décidé, dès 1790, de traduire tous ses décrets « en dialectes vulgaires » afin qu'ils puissent être compris de tous. Jusqu'à ce que, avec le discours de Barère au Comité de salut public du 27 janvier 1794 qui promeut l'usage généralisé et unifiant de la langue française pour résister aux fanatismes et aux superstitions (qui comme chacun sait « parlent bas-breton »), puis le rapport de l'abbé Grégoire « sur la nécessité et les moyens d'anéantir les patois et d'universaliser l'usage de la langue française » en juin de la même année, les mêmes dialectes soient bannis au motif qu'ils sont intraduisibles : ils « résistent à la traduction ou n'en

1. Barbara Cassin, *Éloge de la traduction. Compliquer l'universel*, Paris, Fayard, 2016, p. 223.

2. Barbara Cassin, « Présentation », in *Après Babel, traduire, op. cit.*, p. 12.



traduction et consensus démocratique

promettent que d'infidèles¹ ». Cette politique sera bien mise en application un siècle plus tard sur l'ensemble du territoire français. Elle avait des fondements généreux : faire tomber certaines barrières culturelles et sociales en donnant à chacun les moyens de comprendre l'autre. Le même abbé Grégoire est d'ailleurs aussi l'auteur d'un *Mémoire en faveur des gens de couleur*, qui demande que ceux-ci soient « assimilés en tout aux Blancs² ». Si, dans ce cas, l'égalité juridique et citoyenne n'abolit pas la diversité, mais la reconnaît au contraire, dans celui de la destruction des langues régionales, l'universalisme logique au fond de l'idée qu'une langue pourrait traduire toutes les autres est un complément de la domination. On croit disparu ce nationalisme ontologique prétendant que certaines langues sont supérieures à d'autres, mais il renaît partout où l'on suppose qu'il y a des intraduisibles irréductibles.

Entendons-nous bien : il ne s'agit pas de déplorer la générosité et l'ouverture des discours éthiques, mais d'en montrer l'homologie avec tout un propos post-politique, d'y relever un optimisme qui devient creux à force de se frotter à la langue de bois du jargon technocratique, et d'en pointer les limites pour la pensée de la traduction. Dès lors, le vœu de réinscrire du négatif n'implique pas un retournement purement rhétorique de ce discours qui sait rappeler la part centrale de la confrontation et les risques qu'elle suppose – mais justement, en l'inscrivant dans le cadre d'une analyse des risques, qui est l'espace

1. François Ost, dans *Traduire. Défense et illustration du multilinguisme* (op. cit.), s'intéresse aux politiques des États au sujet de la traduction et expose les différents décrets visant à éradiquer les trente patois de France et à généraliser la langue française tout en la rationalisant (p. 303-326).

2. Abbé Grégoire, *Mémoire en faveur des gens de couleur ou sang-mêlé de Saint-Domingue et des autres îles françaises de l'Amérique*, adressé à l'Assemblée nationale, Paris, Belin, 1789, p. 5.



traduction et violence

principal de gestion des conflits dans les instances internationales post-politiques.

Réinscrire du négatif, c'est faire des antagonismes de la traduction des forces vives, des forces de veille, de vigilance, des forces de malentendus qui conduisent à ne rien considérer comme définitivement acquis. C'est aussi rappeler que ce discours positif n'a pas toujours prévalu : quand la traduction était l'exercice du renforcement de soi plutôt que celui de l'accueil de l'autre, elle mettait certes en œuvre des lieux communs identitaires dont on ne peut que se réjouir de s'être débarrassés, mais elle ne masquait pas l'espace de la lutte, qui était aussi un espace mobile. Il ne s'agit en aucun cas de revenir à ce « discours ethnocentriste », comme l'appelle Antoine Berman, mais de souligner les antagonismes fonciers qui sont au cœur du traduire afin de révéler le potentiel de résistance qui s'inscrit dans certains d'entre eux.

Les antagonismes de la traduction

Que signifie, pour une langue, être
condam- née à l'exil ?¹

Daniel Heller-Roazen

Les antagonismes historiques

La rencontre avec l'autre est toujours rencontre avec une langue. Même entre des langues voisines, dans des espaces limitrophes où les dialectes ne connaissent que de petites distinctions, on va pouvoir se moquer d'un accent, invoquer un autre mot pour dire la serpillière ou les haricots, inscrire sa singularité ou sa différence. C'est ainsi que l'Histoire est marquée par des moments de seuil, de basculement d'un modèle culturel dans un autre, où la traduction joue un rôle majeur, mais où les choix possibles ne sont guère nombreux. Y compris lorsque la traduction a lieu, il lui arrive d'être au service du négatif. Bien connu – il a été étudié en France par Tzvetan Todorov et par Jean-Louis Cordonnier² –,

1. *Écholaliés. Essai sur l'oubli des langues*, traduit de l'anglais par Justine Landeau, Paris, Seuil, 2007, p. 51.

2. Tzvetan Todorov, *La Conquête de l'Amérique. La question de l'autre*, Paris, Seuil, 1982 ; Jean-Louis Cordonnier, *Traduction et Culture*, Paris, Didier, 1995.



traduction et violence

l'exemple de la conquête du continent américain vaut d'être rappelé pour les ambivalences de la traduction qu'il permet de faire apparaître. Dans ce contexte, il n'y a pas eu d'imposition univoque des langues coloniales, mais des attitudes variables dans le temps, et parfois contradictoires entre elles. En Amérique du Sud, le territoire conquis à partir de 1492 comptait plus de mille langues et l'hispanisation ne s'y est pas faite en un jour. Elle a même mis plusieurs siècles à se réaliser. On recommande certes, dès le xvi^e siècle, l'apprentissage de l'espagnol aux Indiens, mais des formes de diglossie s'imposent un peu partout sur le continent. Ce n'est qu'en 1770, soit près de trois siècles après la Conquête, que les langues indiennes seront officiellement interdites.

Cette histoire a un passé. Une longue tradition de voyages entre les langues et les cultures chrétienne et arabo-musulmane a fait de la traduction en Espagne un instrument de métissage scientifique et littéraire, illustré en particulier par la prestigieuse école de Tolède. On voit encore aujourd'hui dans cette ville des inscriptions en trois langues et trois alphabets différents : arabe, hébreu et latin. Et le castillan n'est devenu une langue-culture dominante qu'après la traduction de tout le patrimoine arabe, sous l'impulsion notamment au xiii^e siècle d'Alphonse X, premier à prôner la traduction en langue vulgaire et non plus en latin et à favoriser la littéralité. L'imposition d'une langue « royale » sous le règne d'Isabelle et Ferdinand achève ce mouvement en le contrariant ou en le contredisant : comme l'explique Jean-Louis Cordonnier, une première « colonisation », celle des vernaculaires espagnols, précède et annonce la Conquête et le mouvement de réduction de l'autre qui l'accompagne. À la *translatio studii* médiévale succède une *translatio imperii* au service des intérêts d'un État. « Selon toute apparence, la traduction importe les éléments qui lui paraissent positifs, et expulse



les antagonismes de la traduction

les éléments qu'elle juge négatifs, irrecevables pour elle-même voilà la *genèse du rejet ethnocentrique*¹. »

L'ambivalence du rôle joué par la traduction dans cet épisode de l'Histoire – et, on le verra, dans beaucoup de situations de domination coloniale – est liée à l'instrumentalisation de certaines figures par les conquérants dont l'Histoire a justement reconnu le rôle équivoque. Parmi ces êtres flottant entre deux mondes, entre deux langues, la Malinche est la figure la plus controversée. Cette femme originaire d'une ethnie nahua dans le golfe du Mexique, puis devenue esclave d'un chef maya, fut offerte en avril 1519 à des conquistadores espagnols, en compagnie de vingt autres esclaves. Devenue la maîtresse d'Hernán Cortés, elle fut conduite à jouer auprès de lui et, au-delà de lui, de plusieurs nations concurrentes, de nombreux rôles d'intermédiaire : celui de mère (puisqu'elle eut un fils avec lui), celui d'interprète (entre le nahuatl et la langue maya yuca-tèque, comprise par l'un des Espagnols présents, puis entre ces deux langues et l'espagnol au bout de quelques mois), celui de conseillère. Pour le rôle que lui a fait jouer Hernán Cortés, sa figure et son nom ont fini par rassembler toutes les impositions forcées que porte avec elle la traduction. Alors que dans les récits des conquistadores, à commencer par celui de Bernal Díaz del Castillo, les interprètes sont présentés comme des médiateurs décisifs pour le bon déroulement des événements, l'historiographie nationaliste d'après les indépendances les institue en figures de traîtres. Ainsi la Malinche devient-elle, dans les fictions qui lui sont consacrées, tantôt une sorcière, tantôt une pécheresse chassée du paradis, tantôt encore une mauvaise mère tuant ses propres enfants. Le personnage de Felipillo a une fonction réelle et légendaire comparable pour

1. Jean-Louis Cordonnier, *Traduction et Culture*, op. cit., p. 87.



traduction et violence

le territoire de l'actuel Pérou, sans la mise en jeu des stéréotypes de genre liés aux récits concernant Doña Marina, l'autre nom de la Malinche. Felipillo aurait été présent lors de la rencontre entre Atahualpa et Pizarro en 1532 à Cajamarca. Mais a-t-il délibérément voulu nuire au chef inca à ce moment précis ? L'historiographie n'est pas claire à ce sujet¹.

Dans le contexte contemporain de valorisation de la figure du traducteur ou de l'interprète, il est intéressant de noter que, après les excès du XIX^e siècle diabolisant ces personnages, ils font l'objet de tentatives de réhabilitation. Des lectures féministes mettent en cause un récit univoque où la chute de l'Empire aztèque serait imputable à une seule figure féminine et le dramaturge péruvien Rafael Dumett a écrit un article en 2011 intitulé « Réhabilitation et éloge de Felipillo »². Car ces deux personnages (mais on pourrait en citer d'autres) incarnent aussi un métissage qui fait sens aujourd'hui dans les sociétés sud-américaines. Ils sont des Indiens ravis par les Espagnols. Ils circulent entre les langues, donc entre les forces opposées, entre le bien et le mal. Ils dépassent l'antagonisme entre colonisateurs et colonisés, et on comprend dès lors pourquoi les

1. Victoria Ríos Castaño, « Fictionalizing Interpreters : Traitors, Lovers, and Liars in the Conquest of America », *Linguistica Antverpiensia, New Series – Themes in Translation Studies*, n° 4, 2005, p. 47-60 ; Jochen Plötz, « El intérprete Felipillo entre Incas y conquistadores », *Forma y función*, vol. 9, n° 1, 2016, p. 81-102. Je dois ces références à la remarquable thèse de Cécile Serrurier sur la traduction en Amérique latine :

« Traduction et mise en recueil (Amérique latine, 1883-1925). Portrait d'un poète en collectionneur périphérique », soutenue à l'Université Bordeaux-Montaigne le 13 juin 2019.

2. Rafael Dumett, « Reivindicación y elogio de Felipillo », publié sur son blog le 10 novembre 2011 – <https://rafaeldumett.lamula.pe/2011/11/10/reivindicacion-y-elogio-de-felipillo/rafaeldumett> ; voir Cécile Serrurier, « Traduction et mise en recueil (Amérique latine, 1883-1925) », thèse citée, p. 36.



les antagonismes de la traduction

nationalismes d'après les indépendances les rejettent : ils sont leur mauvaise conscience comme ils sont leur miroir. Les colonisateurs d'autrefois sont en effet devenus les colonisés qui ont voulu s'émanciper. La réussite de leur émancipation s'est faite au prix d'un grand crime antérieur. Dans *Le Labyrinthe de la solitude*, Octavio Paz évoque ce malaise moral qui fait de la Malinche le symbole de la reddition en même temps que celui des opprimés : « Doña Marina – pour lui donner son nom chrétien – s'est convertie en une figure qui représente les Indiennes, fascinées, violées ou séduites par les Espagnols. Et de la même façon que l'enfant ne saurait pardonner à sa mère qui l'abandonne pour aller à la recherche de son père, le peuple mexicain ne pardonne pas sa trahison à Malinche. Elle incarne l'ouvert, le *chingado*, face à nos Indiens, stoïques, impassibles et fermés¹. » On voit aussi par ces exemples le rôle de la traduction dans la construction du discours et de l'interprétation historiques. Si le terme *malinchismo* est utilisé au Mexique pour nommer le comportement de ceux qui trahissent leur pays et leur culture locale en se soumettant à des codes culturels étrangers, en particulier européens, la Malinche est toutefois considérée comme la figure mère du Mexique moderne. Sans son intervention, il est possible que la conquête eût été encore plus destructrice.

L'imaginaire de la trahison hante mondialement l'histoire de la traduction. Alexis Nouss le note dans « Éloge de la trahison », l'adage usé « *Traduttore, traditore* » existe dans de très nombreuses langues, de l'italien au français, du coréen au malgache². Et Xu Jun rappelle que, en Chine, l'image du collaborateur

1. Octavio Paz, *Le Labyrinthe de la solitude* (1950), traduit de l'espagnol (Mexique) par Jean-Clarence Lambert, Paris, Gallimard, 1972, p. 82

2. Alexis Nouss, « Éloge de la trahison », *TTR, Antoine Berman aujourd'hui*, Université McGill, vol. XIV, n° 2, 2001, p. 167-179.



traduction et violence

vient immédiatement à l'esprit de celle ou de celui qui pense au traducteur¹. Le fixeur dans les régions en guerre est lui aussi souvent assimilé au traître et parfois jugé comme tel après la résolution du conflit. Il accompagne des reporters, des militaires ou des officiels sur les zones en guerre, arrange des rencontres, parfois même entre belligérants, connaît les terrains et les langues. Son rôle est crucial mais il reste dans l'ombre. Il est rarement en position de sujet, comme l'a montré Zrinka Stahuljak en étudiant les fixeurs au Moyen Âge, en particulier au cours des Croisades². Pendant l'action, il a la vie de celui qui l'emploie entre ses mains et la peur qu'il suscite se retourne parfois contre lui. Dans un monde qui commence à proposer les langues comme marchandises, ces interprètes entrent subrepticement dans la chaîne des pouvoirs économiques et politiques ; et ils en sont aussi très facilement effacés quand leur rôle d'intermédiaire devient inutile et que l'ambivalence de leur fonction est alors soulignée en termes de trahison. Trahison ou trahison ? Le premier substantif a des connotations éthiques auxquelles le second ajoute une couleur plus politique et juridique. Trahison et infidélité peuvent être synonymes, quand la trahison a d'abord pour synonyme le parjure. La traduction est plutôt du côté de la trahison, qui renvoie au franchissement d'une ligne frontière. La métaphore de la fidélité est aussi, on le sait, une métaphore usée du discours commun sur la traduction. Tout traducteur a quelque chose de Coriolan, dont l'histoire peut facilement devenir une fable de la traduction, jusque dans l'intervention de la langue maternelle comme figure régulatrice.

1. Xu Jun, « Diversité culturelle : la mission de la traduction », *Hermès*, n° 49, *op. cit.*, p. 185-192.

2. Zrinka Stahuljak, « Les fixeurs au Moyen Âge », *La Lettre du Collège de France*, n° 44, 2018, p. 76-77.



les antagonismes de la traduction

On se souvient que c'est l'intervention de sa mère qui empêche Coriolan, général romain en exil, d'attaquer Rome aux côtés de ses anciens ennemis. La langue maternelle, vers laquelle souvent on traduit et à l'égard de laquelle on a une dette, oblige au don de la traduction, j'y reviendrai. Mais, comme le souligne encore Alexis Nouss avec Derrida, la trahison peut être une forme de don, du moins en français : « donner quelqu'un, c'est le trahir ». Le don est un mouvement vers l'autre qui peut provoquer du négatif s'il n'est pas conforme au cercle du don, s'il implique soumission ou domination. La dette n'a une fonction éthique et sociale que dans cette mesure-là. Que le don, valeur le plus souvent positive, puisse être le lieu de la trahison rappelle que dans tout échange il peut y avoir de l'antagonisme.

L'exemple de l'Algérie coloniale ne présente pas la même histoire que celle de l'Amérique du Sud mais permet aussi de mettre en avant des affrontements caractéristiques. Juste après la conquête de 1830, le gouvernement français favorise quelques expériences d'écoles franco-arabes, mais mollement ; et dès la seconde moitié du xix^e siècle, c'est l'enseignement exclusif de la langue française qui prévaut, et ce, sans moyens suffisants, ce qui double la violence de la colonisation et de l'écrasement des révoltes d'une violence culturelle majeure. L'assimilation a pour but d'effacer l'étrangeté de l'étranger, comme le dit Tocqueville dans un texte bien connu pour sa violence idéologique : les colons qui s'y installent doivent se trouver « aussi peu dépaysés que possible » et y rencontrer, « s'il se peut, une image parfaite de la patrie »¹. L'oblitération implique une rationalisation politique qui touche à la fois les lieux, la langue et les noms. Le modelage de la carte, la transformation des toponymes et, pour

1. Alexis de Tocqueville, *De la colonie en Algérie* (1841), Bruxelles, Complexe, 1988, p. 141.



traduction et violence

les personnes, la dépossession du nom coutumier témoignant également de la violence traductive¹. Dans ce cas, loin d'être un outil pour la communication, la traduction est au service d'une uniformisation idéologique². Fadhma Aïth Mansour Amrouche raconte dans son autobiographie le prosélytisme subi et la traduction forcée. Après avoir suivi l'enseignement en français à l'école laïque (à la toute fin du xix^e siècle), elle est envoyée dans un hôpital religieux pour y être ce qu'on appellerait aujourd'hui « aide-soignante ». « Il m'est resté de ce temps-là une impression pénible, trouble. Tout le monde parlait de Dieu, tout devait se faire pour l'amour de Dieu, mais on se sentait épié, vos paroles étaient pesées et rapportées à la Supérieure. [...] Quand je disais que toutes les religions avaient leur bon côté, on considérait cela comme un blasphème. On avait traduit les prières en kabyle : l'Ave Maria, le Pater, le Credo, et les Sœurs s'escrimaient à faire entrer ces phrases dans nos têtes rebelles. Et j'avais un sourire aux lèvres, dès que j'entendais la Sœur prononcer le kabyle à sa façon³. » Les scènes de traduction du français vers le kabyle, auxquelles elle et son mari sont contraints de participer, indiquent là aussi que la traduction se fait vers

1. L'exposition *Made in Algeria. Généalogie d'un territoire*, qui s'est tenue au MuCEM en 2016 sous le commissariat de Zahia Rahmani et Jean-Yves Sarazin, en offrait une illustration éclatante. Voir dans le catalogue (Paris, Hazan/MuCEM, 2016) l'article de Daho Djerbal, « Sans nom patronymique (SNP). De la dépossession du nom à l'expropriation de la terre par la carte », p. 183-186 ; et celui de Zahia Rahmani, « Pays de réserve », p. 11-26.

2. Il est frappant d'ailleurs que cette politique coloniale ait servi de modèle pour l'uniformisation linguistique de la langue française à l'intérieur de l'Hexagone. N'oublions pas que Jules Ferry a été ministre des Colonies avant d'être ministre de l'Instruction publique.

3. Fadhma Aïth Mansour Amrouche, *Histoire de ma vie* (1968), pré-faces de Vincent Monteil et de Kateb Yacine, Paris, La Découverte/poche, 2000, p. 73.



les antagonismes de la traduction

la langue vernaculaire, comme cela a pu avoir lieu dans toute l'Afrique colonisée, moins par ouverture vers la culture autre que pour faire entrer de force dans cette langue des données et des cadres qui ne l'avaient pas modelée.

La traduction contribue ainsi à la destruction de la culture source, ce qui est une première façon d'exercer sa violence. La seconde se manifeste quand ce mouvement vers les langues locales au profit pour partie de l'éducation, pour partie de l'endoctrinement, cesse tout à fait et que l'école française refuse les effets bénéfiques qu'aurait pu susciter la prise en compte du multilinguisme. Elle impose en même temps une culture de l'écrit destructrice d'un patrimoine oral d'une richesse extraordinaire. Une seule langue exerce désormais l'autorité du savoir et elle passe par le livre. Elle confisque la pluralité des paroles et la diction errante. Analyser les politiques scolaires pendant les cinquante premières années de la colonisation de l'Algérie, Yvonne Turin a montré comment les positions s'étaient durcies après 1848 et comment, progressivement, les mouvements des uns vers les autres par la traduction ou par d'autres formes d'échanges culturels s'étaient presque interrompus¹. Dès lors, l'initiation des colons aux langues locales n'a pas lieu et la traduction elle-même disparaît. Progressivement, elle va revenir, par le peuple algérien lui-même : ses écrivains ayant été éduqués en français, ils vont devenir des écrivains « en traduction », des « hommes traduits », selon la formule fameuse de Salman Rushdie par laquelle il nomme sa condition post-coloniale, à la suite d'Edward Saïd qui met en évidence, dans toute hégémonie, la dissymétrie entre ceux qui représentent

1. Yvonne Turin, *Affrontements culturels dans l'Algérie coloniale. Écoles, médecines, religion, 1830-1880*, Paris, Maspero, 1971.



traduction et violence

et ceux qui sont représentés, entre ceux qui traduisent et ceux qui sont traduits¹. Ces hommes traduits favorisent à leur tour la traduction. Ainsi, l'écrivain Mouloud Mammeri traduit des contes berbères de Kabylie, tout comme Amadou Hampâté Bâ recueille et traduit les œuvres de la tradition orale du Sahel.

Cette situation continue de peser sur l'Algérie contemporaine, même plus de cinquante ans après l'indépendance. La position géographique du pays et son plurilinguisme auraient pu participer au développement de la traduction, or celle-ci accuse un retard qui ne peut pas être attribué au seul déséquilibre des rapports entre Nord et Sud. L'écart est notable en particulier avec le Maroc, tant la succession contradictoire des politiques linguistiques continue de peser. Si le français a pu être vécu comme la langue de l'oppression, il a aussi été le « butin de guerre », selon la fameuse formule de Kateb Yacine que beaucoup d'écrivains ont reprise et continuent d'utiliser avec bonheur, dans le mouvement contradictoire de ne pas toujours l'accepter et de ne pas vouloir s'en séparer. Ils en font un espace d'expérimentation du non-lieu, fort des ambiguïtés et de la polyphonie qui forment la scène de la communication littéraire. Et l'arabisation est loin d'avoir été vécue par tous les Algériens comme un moment émancipateur, surtout après la loi de 1996 généralisant l'utilisation de la langue arabe à tous les niveaux de la société (bien qu'on sache qu'elle fut inégalement appliquée). Les langues de Kabylie, langues maternelles de près d'un quart des Algériens, tout comme l'arabe algérien ne se fondent pas aisément dans l'arabe littéraire. Yacine Deradji dresse les contours d'un espace sociolinguistique « traversé

1. Edward W. Said, *L'Orientalisme. L'Orient créé par l'Occident* (1978), traduit de l'anglais par Catherine Malamoud, Paris, Seuil, 1980.



les antagonismes de la traduction

par des tensions et des rapports conflictuels qu'entretiennent quatre langues présentes sur le marché linguistique. Se disputant le système éducatif, les administrations de l'État, les médias et l'économie du pays, l'arabe standard et la langue française subissent les aléas de l'incohérence du discours officiel en matière de politique linguistique et culturelle d'une part et des mutations sociopolitiques qui secouent le pays depuis l'avènement du multipartisme d'autre part. L'arabe dialectal et le berbère dans leurs diverses variétés sont disqualifiés par le discours officiel, cependant ils se fraient tranquillement un chemin, accaparent bien des domaines d'emplois initialement réservés aux langues académiques¹... ». Mais ces politiques globalement plus oppressives qu'incitatives n'ont pas favorisé les mouvements de traduction du français vers l'arabe et de l'arabe vers le français, ce qui n'a pas aidé l'extension de la traduction vers d'autres langues. Une étude coproduite par la Fondation Anna-Lindh (programme euro-méditerranéen pour la traduction) et *Transeuropéennes* (« Traduire en Méditerranée »), qui dresse un état des lieux de la traduction en Algérie, ne compte que 346 ouvrages traduits pendant une période allant de 1983 à 2011, ce qui est un chiffre très faible² même s'il est en hausse régulière depuis lors.

La situation au Maroc est un peu différente, bien que le multilinguisme inscrive là encore des divisions profondes dans la

1. Yacine Derradji, « Le français en Algérie : langue emprunteuse et empruntée » – <http://www.unice.fr/ILF-CNRS/ofcaf/13/derradji.html>. Voir aussi Gilbert Grandguillaume, « La francophonie en Algérie », *Her-mès*, n° 40, 2003, p. 75-78 ; Rabah Soukehal, « La France, l'Algérie et le français. Entre passé tumultueux et présent flou », *Les Cahiers de l'Orient*, n° 103, 2011/3, p. 47-60.

2. Lazharí Labter, « La traduction d'ouvrages de littérature et de sciences humaines et sociales en Algérie », *Transeuropéennes*, 2011.



traduction et violence

société. Mais c'est peut-être parce que la « guerre des langues¹ » a été ouvertement déclarée (entre la darija et l'arabe, entre l'arabe et le français, entre l'amazigh et l'arabe...) et les antagonismes révélés, que la traduction s'impose pour déconstruire les hégémonies et réinscrire la réalité vivante du multilinguisme. Dans la période 2000-2016, 1 317 ouvrages y ont été traduits, 659 du français et 146 de l'arabe. C'est encore peu, mais bien plus qu'en Algérie sur une période plus longue. Jalal El Hakmaoui, poète arabophone et traducteur du français vers l'arabe, estime que les collections dédiées à la littérature traduite de l'arabe en France (au Seuil ou chez Actes Sud, notamment) privilégient les auteurs du Machreq (surtout du Liban et d'Égypte), prisonnières qu'elles sont de l'idée selon laquelle la littérature du Maghreb serait surtout francophone. La traduction est pour lui une opération décisive pour sortir des hégémonies et pour décoloniser les esprits : écarter les préjugés sur la langue arabe, qui serait sclérosée et non propice à la création moderne, et sortir de l'élitisme qui entoure la langue française au Maroc. « [P]our dynamiser la traduction de notre littérature vers le français, la solution n'est pas en France, mais dans la professionnalisation de l'édition et de ses métiers connexes, d'une part, et de l'autre dans le développement d'une politique régionale, arabe et panafricaine, pour faire entendre notre culture et notre manière de voir². » Un voyage des textes en Afrique qui ne passe pas obligatoirement par la France tout comme la traduction vers l'arabe de pensées en français non hégémoniques est le programme proposé par Achille Mbembe, qu'essaie d'appliquer

1. Selon le titre d'un livre collectif récent : *Maroc : la guerre des langues ?*, Kenza Sefrioui (éd.), Casablanca, En toutes lettres, 2018.

2. Jalal El Hakmaoui, « Après l'empire, traduire », in *Maroc : la guerre des langues ?*, *op. cit.*, p. 23-34 (p. 31).



les antagonismes de la traduction

concrètement sur place Jalal El Hakmaoui. Pourtant, la réception du livre de Fouad Laroui, *Le Drame linguistique marocain*, indique que les conflits s’y maintiennent : il y défend un usage étendu de la darija, ce qui provoque les foudres des partisans de la francophonie lettrée mais surtout des religieux, qui voient là une attaque contre l’arabe classique¹.

Étienne Balibar est l’un des seuls philosophes à avoir longuement articulé les notions de violence et de traduction en mettant en rapport la différence et le différend. Réfléchissant sur ce qui se passe à la frontière à l’occasion d’une conférence sur « Guerre et traduction », il rappelle que ce qui apparaît comme une antithèse « est capable de se renverser en complémentarité, voire d’exprimer une identité plus profonde² ». Il faut donc s’efforcer de rendre l’antagonisme dialectique, et c’est, selon Balibar, la principale préoccupation d’Edward Saïd lorsqu’il insiste « sur l’*intérieurisation du conflit culturel* par chacune des parties en présence dans la colonisation (et au-delà d’elle, dans la période “postcoloniale”) et sur les possibilités de transformation que contient cette structure à la fois dissymétrique et réciproque³ ». C’est chez Fanon, dans *Les Damnés de la terre*, que Saïd repère la possibilité d’une communauté non antagoniste pouvant lier des Européens et des Algériens autour de l’anti-impérialisme. Ce serait une communauté interprétative, si l’on veut, instituée par des formes dissidentes d’interprétation « qui produisent des effets de contestation et alimentent des résistances en modifiant le régime des traduc-

1. Fouad Laroui, *Le Drame linguistique marocain*, Casablanca, Le Fenec / Paris, Zellige, 2011. Voir le récit qu’il donne de cette réception dans *Maroc : la guerre des langues ?*, *op. cit.*, p. 103-107.

2. Étienne Balibar, « Politique et traduction : réflexions à partir de Lyotard, Derrida, Saïd », *REVUE Asylon(s)*, n° 7, 2009-2010 – <http://www.reseau-terra.eu/article932.html>.

3. *Ibid.*



traduction et violence

tions¹». Nous reviendrons dans le chapitre suivant sur toutes les façons dont il paraît possible d'appriivoiser les antagonismes.

Les antagonismes internes

À côté de ces antagonismes externes, la réflexion sur la traduction montre que l'espace de la lutte est celui de la traduction elle-même et non plus celui, externe, de la guerre des langues dans des contextes d'échanges inégaux.

Le premier de ces antagonismes conduit au rejet pur et simple de la traduction : c'est celui qui distingue entre bonnes et mauvaises traductions. En posant qu'il y a des bonnes traductions, on minimise l'opposition, on ne la mène que contre certaines d'entre elles, tout en maintenant l'illusion d'un monde parfait, d'un horizon utopique où, enfin, tous les conflits seraient réglés et où toutes les traductions seraient bonnes. Le champion de cette polémique est Henri Meschonnic, qui finit par faire de la bonne traduction celle qui n'est plus une traduction. Tous ses lecteurs sont sensibles à l'acuité de ses armes critiques, à son rejet parfois violent de ce qu'il appelle une « mauvaise traduction ». Il s'en sert pour avancer une théorie du langage et une pensée du rythme absolument majeures ; mais si l'on s'en tient à l'énoncé de l'antagonisme, on observe qu'il est déplacé, qu'il n'est plus inhérent à la traduction mais inscrit dans les incompétences du traducteur. En identifiant la traduction à l'écriture même (« Si traduire est écrire²... »), Meschonnic occulte la différence. Il fait de la bonne traduction celle qui s'est affranchie

1. *Ibid.*

2. Henri Meschonnic, *Poétique du traduire*, Lagrasse, Verdier, 1999, p. 459.



les antagonismes de la traduction

des conflits insolubles, des contradictions et des malentendus de la traduction. « Les bonnes [traductions] sont exemplaires en ceci que, contrairement au caractère périssable donné pour inhérent à la traduction – comme si la traduction était dans son essence identifiée à la mauvaise traduction –, elles montrent que la traduction réussie ne se refait pas. Elle a l'historicité des œuvres originales. Elle reste un texte malgré et avec son vieillissement. Les traductions sont alors des œuvres – une écriture – et font partie des œuvres¹. » L'incise (« comme si la traduction était dans son essence identifiée à la mauvaise traduction ») est frappante : ce qui apparaît à Meschonnic comme une absurdité est au contraire selon moi ce qui constitue la force pensive de la traduction – qu'elle doive toujours être reprise, qu'elle vieillisse, qu'elle ne soit jamais *parfaitement* « bonne », mais seulement *relativement* bonne, et qu'elle ne se confonde pas avec l'œuvre. La confrontation, chez lui, est celle de l'idée de traduction avec l'idée de littérature, au profit d'une généralisation de la seconde (la bonne traduction étant celle qui n'est plus une traduction mais est devenue elle-même littérature). Elle fait disparaître le conflit entre le texte et son double en en faisant deux corps identiques dans leur principe et leur fonctionnement.

Ce conflit, pourtant, la traduction ne cesse de le mettre en scène, même lorsqu'elle fait partie du processus de l'œuvre comme chez Beckett. Ainsi, lorsqu'il traduit, dans *Malone Dies*, cette phrase de *Malone meurt* « bien les posséder, dans ma tête », par « *I knew them off, by heart* », il se moque de l'équivalence linguistique possible entre « tête » et « *heart* » ; il inscrit sur-tout cette puissance du conflit qui aboutit à un corps monstrueux où la tête est à la place du cœur et le cœur à la place de la tête. Un corps à la fois réel – celui qui confond pensée

1. *Ibid.*, p. 85.



traduction et violence

et sentiment – et métaphorique – le corps transformé et transformable de la traduction¹. Il est ainsi faux de dire que, chez Beckett (ou chez tous les écrivains autotraducteurs), on est en présence de deux originaux, ou que l'autotraduction fait disparaître la différence entre œuvre et traduction, puisque, on le voit dans cet exemple et dans bien d'autres, la traduction démontre que le texte, comme le corps, peut cesser d'être lui-même en se transformant : les corps sont dérangés et ils ne se ressemblent plus.

Un autre antagonisme qui peut fausser la question de la traduction agonique, après celui qui oppose traduction et littérature en identifiant la traduction à la mauvaise traduction et en absorbant les autres dans la littérature, c'est celui de l'intraduisible. Sauf à recourir à des normes qui sont toujours ce que les textes littéraires défont, le statut de l'intraduisible est insaisissable « objectivement »². Pourtant, le caractère relatif du traductible dans le temps n'est pas l'intraduisible et ce qui est affaire d'interprétation n'est pas intraduisible au même titre que ce qui est affaire de langage. Ce n'est qu'à partir du moment où il n'est pas possible de rendre toutes les virtualités sémantiques, phonétiques, graphiques qui communiquent

1. Lily Robert-Foley a bien montré, dans sa thèse sur le tiers texte (« Politique et poétique du tiers texte. Une expérience de lecture de *L'Innommable/The Unnamable* de Samuel Beckett », soutenue à l'Université Paris 8 en 2014), toute la puissance de dérangement de ce texte dédoublé, où le texte cesse d'être lui-même dans la traduction.

2. Barthes l'exprime ainsi : « Devant le texte que je ne sais ni ne puis lire, je suis, à la lettre, "déboussolé" ; il se produit en moi un vertige, un trouble des canaux labyrinthiques : toutes les "otolithes" tombent d'un seul côté ; dans mon écoute (ma lecture), la masse signifiante du texte bascule, n'est plus ventilée, équilibrée par un jeu culturel » (« L'Image », texte prononcé à Cerisy en juin 1977, repris dans *Œuvres complètes*, t. V, 1977-1980, Eric Marty [ed.], Paris, Seuil, 1995, p. 513-514).



les antagonismes de la traduction

dans un mot ou une expression qu'on se trouve bel et bien dans l'intraduisible. Jacques Derrida le démontre à propos du « *He war* » de *Finnegans Wake* et de cette greffe d'une langue dans le corps de l'autre, de l'allemand dans l'anglais¹. Là, on entend une invitation pressante à traduire en même temps qu'une forme d'interdit, un « Tu ne traduiras point » énoncé par le corps monstrueux du substantif-verbe en deux langues (le « *war* »/« *war* » de la guerre en anglais ou du passé en allemand). Il faut choisir et c'est tout le problème. On est contraint de ramener le plurilinguisme à du monolinguisme. Derrida ajoute : « L'hégémonie [...] se manifeste au cours d'une guerre (*war*), par laquelle l'anglais tente d'effacer l'autre, les autres idiomes domestiqués, néocolonisés, donnés à lire depuis un seul angle. Ce qui ne fut jamais si vrai. Aujourd'hui². »

Il y a parfois une auto-affirmation de soi du texte littéraire qui impose, avec l'intraduisible, son irréductibilité, son caractère intouchable (c'est le « *Noli me tangere* » de la littérature sur lequel insiste Derrida toujours dans *Ulysse gramophone*). Le danger de cette auto-affirmation – et celui de se reposer sur elle pour parler de l'intraduisible littéraire – tient au fait qu'il conduit très rapidement sur la voie d'une mystique de l'intraduisible : il désignerait alors une part de la beauté, de la puissance propre du texte – quel que soit le nom qu'on lui donne –, qu'on ne peut ni interpréter ni traduire, qui serait pure résistance. C'est particulièrement vrai avec la poésie, pour laquelle l'intraduisible est avancé comme une valeur, dit Antoine Berman : « Que la poésie soit “intraduisible”, cela signifie deux choses : qu'elle ne *peut* pas être traduite, à cause de ce rapport infini qu'elle institue entre

1. Jacques Derrida, *Ulysse gramophone. Deux mots pour Joyce*, Paris, Galilée, 1987, p. 43.

2. *Ibid.*, p. 47-48.



traduction et violence

le “son” et le “sens”, et qu’elle ne *doit* pas l’être, parce que son intraduisibilité (comme son intangibilité) constitue sa vérité et sa valeur. Dire d’un poème qu’il est intraduisible, c’est au fond dire que c’est un “vrai” poème¹. » J’aime mieux postuler que si l’intraduisible correspond bien à une résistance, à un excès du langage de la littérature, ceux-ci peuvent néanmoins être approchés et nous dire quelque chose de la littérature et de la langue, par la traduction justement. À ce conflit irréductible, rendu irréductible par cette mystique, on peut préférer les confrontations réelles, les heurts concrets qui font de la traduction un geste difficile. Ainsi, les antagonismes de la traduction tiennent à la fois à la guerre des langues et aux différentes manières d’habiter, d’une part, et aux opérations destructives concrètes de la pratique, d’autre part. Mais, on va le voir, ces rapports conflictuels, quand ils ne sont pas seulement vus comme les rapports litigieux de deux cultures en conflit (qu’Étienne Balibar résume en reprenant à Lyotard le mot « différend » et en parlant de « différend de phrases au cœur du sujet »²), ne sont pas à penser seulement comme des problèmes ou des pertes. Ils peuvent déboucher sur une autre politique de la traduction.

1. Antoine Berman, *La Traduction et la Lettre*, *op. cit.*, p. 42.

2. Étienne Balibar, « Politique et traduction : réflexions à partir de Lyotard, Derrida, Said », art. cité. Il y a différend lorsque le plaignant est dépossédé des moyens d’argumenter. Tout se passe comme s’il n’y avait pas de dommage. Le tort ne se signifie pas dans l’idiome.

ANEXO II – Tradução e Violência [Texto-alvo]

Tiphaine Samoyault

TRADUÇÃO E VIOLÊNCIA

Tradução: Emanuel Junio Reis

INTRODUÇÃO

Sozinhos, cada um em sua própria língua

Em um futuro muito próximo, estaremos viajando sozinhos, cada um em sua própria língua. Não vamos mais precisar aprender previamente uma língua estrangeira para conhecermos uns aos outros. Os méritos comparativos da tradução manual e computadorizada ainda poderão ser discutidos, mas a segunda prevalecerá sobre a primeira. Enquanto cada vez mais livros estão sendo inteiramente traduzidos por ferramentas de tradução - em outubro de 2018 fora publicado o primeiro trabalho científico, de mais de 800 páginas, traduzido para o francês pelo DeepL (ferramenta de tradução com base em *deep learning*)¹ - a questão já está sendo levantada. Pode-se argumentar que o conteúdo destes livros é técnico, mas a aplicação dos avanços da inteligência artificial neste campo é tamanha que, ainda que não se baseiem nos mesmos princípios de aprendizagem, tanto esta quanto outras ferramentas comparáveis conseguem traduzir textos literários com certo êxito. A Associação para a Promoção da Tradução Literária na França (ATLAS) iniciou recentemente um experimento de dez anos, a fim de comparar estas diferentes ferramentas (Google Translate e

1. Trata-se da tradução de *Deep Learning*, de Ian Goodfellow, Yoshua Bengio e Aaron Courville: *L'Apprentissage profond*, Paris, Florent Massot Éditions e Quantmetry, 2018. Ainda sem versão para o português.

Tradução e violência

DeepL) e sua evolução aplicadas a uma série de textos clássicos, de Dostoievski à Salinger¹. Com isso, será possível medir, ano após ano, as melhorias realizadas pelas máquinas e seus diversos sistemas de aprendizagem. Efetivamente, há duas maneiras de tornar essas máquinas inteligentes. A primeira, usada até 2016 e comumente conhecida como "tradução automática", consiste em "alimentar" a máquina com todas as regras das línguas e dos dicionários e treiná-la para traduzir pequenos segmentos, apontando os seus erros: trata-se da "*Phrase-Based Machine Translation*", que adota um método estatístico. A segunda, atual preferência da maioria das ferramentas de tradução assistida por computador (CAT, em inglês), é chamada de "rede neural", pois implanta uma quantidade de textos e traduções na máquina, a fim do sistema se autocapacitar, aprender e corrigir os seus erros: estes são inicialmente apontados durante a fase prática do treinamento, depois ele aprende a fazer suas próprias escolhas e correções. O algoritmo determina gradualmente, sozinho, as regras de tradução que vai utilizar.

A mutação provocada pela crescente eficácia desses algoritmos é econômica e cognitiva. Multiplica em grande quantidade as traduções produzidas no mundo diariamente, expondo as desigualdades da representação das línguas e acelerando o desaparecimento daquelas mais frágeis. Ela transforma o trabalho do tradutor ao colocá-lo a serviço da correção ou da revisão, e não a serviço da proposta ou da descoberta. Forçando-o, se não quiser

1. O experimento, intitulado "Observatório de Tradução Automática", definiu cinco períodos ou domínios de observação (prosa clássica, prosa moderna, prosa contemporânea, poesia e teatro versificados, não ficção) e sete línguas de trabalho (alemão, inglês, espanhol, italiano, polonês, português e russo).

Sozinhos, cada um em sua própria língua

ser um mero subordinado da máquina, a se capacitar em inteligência artificial, ao menos, tanto quanto nas línguas ou culturas a serem traduzidas. Ela faz da tradução a principal operação da comunicação, todavia, menos em relação à proteção das especificidades de cada língua que na imposição de um novo "*globish*", que não é mais o inglês, mas a tradução assistida ou a tradução automática. Pretende equivalência, transparência e substituição. Além disso, os tradutores dão preferência às línguas mais usadas e são, obviamente, mais eficazes e numerosos em inglês do que em italiano, em mandarim do que em uigur, em bengali do que em canará. Assim, como a aprendizagem profunda pode ser ensinada para pares de línguas nos quais o corpus de textos traduzidos é bastante limitado? Há trocas suficientes entre línguas como farsi e islandês, entre suaíli e coreano, para que se possa treinar as máquinas para traduzi-las corretamente? Se levamos em consideração que há cerca de seis mil pares de línguas a serem traduzidos no mundo, percebemos a importância deste debate. Esse problema implica a existência de línguas-relais, que reavivam certas práticas históricas da tradução humana, o que reforça a posição dominante de uma ou de algumas línguas, multiplicando os riscos de erro.

Pouco tempo depois da publicação deste livro, mais e mais viajantes estarão percorrendo o mundo munidos de um fone de ouvido capaz de traduzir a fala de todos os seus interlocutores, seja qual for a sua língua materna. Atualmente, este tipo de dispositivo - que, convém lembrar, já era utilizado em *Jornada nas Estrelas* - é comercializado para aproximadamente quinze idiomas e realiza uma forma de tradução consecutiva, sendo que o tempo entre a fala e a tradução não é absolutamente simultâneo, mas cobre os poucos segundos que a máquina leva para escutar a voz,

Tradução e violência

enviá-la para a nuvem, transcrevê-la e traduzi-la. Para os Jogos Olímpicos de 2021, no Japão, a empresa Sourcenext produziu um dispositivo (*Pocketalk*) capaz de traduzir quase setenta e cinco línguas para o mercado turístico (hotéis ou motoristas de taxi). As revoluções das máquinas e dos algoritmos são tão rápidas que qualquer dado está fadado à obsolescência. Nesse contexto, estamos diante de um mundo onde o tempo gasto para se realizar uma previsão é menor que o tempo que a própria chuva leva para cair.

Para pensar a transformação das relações em que este desenvolvimento da tradução assistida por computador implica, devemos abandonar a ideia de que a tradução é uma operação exclusivamente positiva de acolhimento do estrangeiro ou de aprendizado dos outros por meio de sua língua. Devemos parar de elogiá-la ou de vê-la apenas como o lugar do encontro entre as culturas e as diversas formas de pensar. A tradução também pode se tornar a principal ferramenta do movimento em direção a um mundo isolado, onde as pessoas só se aproximam umas das outras pela ponta da orelha. A transparência é violência. Embora zelando para não enxergar essas evoluções com temor e angústia, há de se pensar de uma outra maneira o conjunto dos elementos da comunicação e, inclusive, compreender a tradução como uma operação ambígua, complexa, capaz do melhor como do pior. É preciso recordar o potencial de apropriação e de redução da alteridade que ela tem manifestado na história dos encontros culturais, que também são histórias de dominação.

A generalização contemporânea de um discurso positivo sobre a tradução, como um fator de pluralidade e de abertura, de relação ética com o outro, que hoje costuma fazer dela o antônimo da guerra ou do conflito, a priva de uma parte importante de sua força de pensamento. Além de, às vezes, desempenhar um papel

Sozinhos, cada um em sua própria língua

decisivo (e não muito vantajoso!) nos processos de guerra, como mostram Emily Apter para a guerra no Iraque, Mona Baker para o conflito israelo-palestino e Alain Ricard para o contexto do apartheid', ela também é o espaço irreduzível de um confronto. De todos os objetos de pensamento, poucos são tão insolúveis na dialética, poucos permanecem tão obstinadamente apegados ao dualismo, à diferença e à oposição. Situar a língua da tradução no vocabulário do consenso democrático não se dá, portanto, sem paradoxo e sem dificuldade: implica reduzir, enfraquecer ou mesmo negar totalmente todos os conflitos que estão inscritos nela. Esta virada ética da tradução, reveladora de uma mutação do discurso político geral que caminha nesse sentido (alcançar uma sociedade pacificada, sem conflitos, viver em um mundo sem inimigos, etc.), se impõe em troca de uma redução da diferença entre um (ou si) e o outro, de uma confiança provavelmente bastante falaciosa na reciprocidade e na empatia. São esses paradoxos e dificuldades que eu gostaria de desfazer parcialmente a seguir, a fim de devolver à tradução o seu potencial de negatividade ativa.

A negatividade não vem apenas da suposta perda que ocorre na passagem de uma língua à outra. Como espaço da relação, a tradução é também o local de um conflito, que precisa ser regulado para preservar uma forma de pluralismo. "Tradução agônica" poderia ser o nome deste antagonismo domesticado. Seu potencial é teórico, pois se propõe a

1. Emily Apter, *The Translation Zone : A New Comparative Literature*, Princeton, Princeton University Press, 2006 ; traduzido para o francês por Hélène Quiniou sob o título *Zones de traduction. Pour une nouvelle littérature comparée*, Paris, Fayard, 2016. Ainda Ainda sem versão para o português. Mona Baker, *Translation and Conflict: A Narrative Account*, Londres/New York, Routledge, 2006. Ainda Ainda sem versão para o português. Alain Ricard, *Le Sable de Babel. Traduction et apartheid*, Paris, CNRS Éditions, 2011. Ainda sem versão para o português.

Tradução e violência

inverter a dialética, ao não reconhecer a síntese. Também é político: como pensar a diferença que não se reduz, o conflito que não se resolve? Enfim, é prático. Muitos tradutores estão familiarizados com os aspectos cênicos desse confronto com o outro (a outra língua, o outro autor, o outro texto...), relação na qual se confrontam, onde sua própria língua se fragiliza e que, muitas vezes, os tornam impotentes ou incompletos: falhos. Indicar as vias pelas quais a tradução está hoje engajada no discurso do consenso permite também apontar como estas constituem uma mutação discursiva em relação a discursos anteriores e na longa história dos discursos a seu respeito. Em certos lugares, a tradução segue encenando os conflitos: existe uma polêmica do traduzir e uma polêmica no traduzir. Evocar este aspecto da reflexão, analisar a força do negativo no pensamento da tradução, é um dos objetivos deste livro. Não é simplesmente transformar um discurso positivo em negativo, mas instituir uma dimensão de conflito que permita o surgimento de contradições na prática tradutória, de forças de dominação ou de vulnerabilidade das línguas, de novas relações decorrentes da interação humana com a máquina, reconfigurando as comunidades e os vínculos que se estabelecem entre elas.

Há muitos anos tenho optado por ensinar os movimentos através dos quais a literatura circula e é transmitida, ao invés da literatura propriamente dita. O motivo disso vem provavelmente do fato de eu ter percebido que a experiência da literatura era um "para si", que não se ensina. Em vez da fuga acadêmica pela história da literatura, preferi o desvio pelo atlas, junto às viagens dos textos e das línguas, onde as obras estão em perpétua transformação e sem jamais se assemelharem

Sozinhos, cada um em sua própria língua

umas às outras; onde nos deparamos com tantas histórias de retomadas, descobertas, injustiças e esquecimentos. Outra razão deve-se à profunda transformação que a literatura comparada, minha disciplina de trabalho, sofreu com a abertura para a literatura mundial. Esta não deve ser considerada como um todo apreensível pelo saber ou pelo espírito; deve ser considerada como um conjunto de relações, do qual pode-se criar um sistema (como mostra Pascale Casanova em *A República Mundial das Letras*¹), mas também pode ser considerada de forma mais flexível, realçando certas relações específicas, cujos traços podem ser encontrados em outros casos (de acordo com variáveis identificáveis no espaço e no tempo). Sobretudo, pode-se produzir um pensamento do traduzir que melhor acompanhe o descentramento provocado por uma perspectiva globalizada, e que não seja nem francocentrada nem exclusivamente eurocentrada (como se manteve por muito tempo a literatura comparada).

Esta é a tarefa à qual me dedico com as alunas e alunos que acompanho em um mestrado ou doutorado. Fundamos em parceria com Claude Mouchard, na universidade Paris 8, a revista *Translations*, onde oferecemos aos estudantes estrangeiros matriculados em nossas disciplinas a oportunidade de descobrir a literatura de seus países por meio de traduções: publicamos poetas georgianos e coreanos, prosa islandesa contemporânea, antigos contos crioulos, provérbios bambaras e poemas palestinos. A colaboração dos estudantes cuja língua materna era o francês foi decisiva para estabilizar as traduções, conferindo-lhes sentido e ritmo. A tradução é uma arte coletiva; ela permite-nos pensar em formas de coletivização do literário, em vários níveis: pois reúne sempre ao menos duas pessoas, podendo ser várias (não surpreende que as experimentações do Oulipo² tenham colocado a tradução em primeiro plano);

1. *A república mundial das letras*. Trad. Marina Appenzeller. 1ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

2. (N.t) Do francês “*Ouvroir de Littérature Potentielle*”, algo como Grupo/Ateliê/Oficina de Literatura Potencial.

Tradução e violência

mas, também, porque a obra em si é entendida como plural ou constituída pelo conjunto de suas formas, escritas, orais, passadas, presentes e futuros: esta é a tese de Borges sobre Homero, e a de Léon Robel e Jacques Roubaud sobre a poesia¹. Por um certo tempo, eu costumava apresentar esta ideia de uma pluralidade da obra e de um relativo desaparecimento do original como paradoxal. Hoje, a percebo como evidência. O texto só existe entre as diferentes versões. Não é concedida maior autoridade a apenas uma delas; nem sequer é realizada a substituição de autoridade através da qual ocasionalmente a tradução é pensada, mas essa questão é retomada, renunciando-se até ao problema da "fidelidade". Em relação à estabilidade, há muito atribuída à escrita, estão sendo novamente adotados procedimentos de transmissão típicos da oralidade. Assim, esse pensamento contribui para uma concepção renovada do texto literário, que talvez seja capaz de reconciliar oralidade e escrita, ao menos, não as tornando duas modalidades inteiramente separadas do literário.

A prática tradutória é essencial para pensá-la, como apontam diversos teóricos. Pois é por meio dela que também sentimos as resistências do traduzir e a potência de seus conflitos. Juntamente com Michel Deguy, Claude Mouchard e Martin Rueff, criamos o programa da revista *Poésie* com base na tradução.

1. Do francês: "Um poema é identificado pelo conjunto estruturado de suas formas (escrito ou oral; leituras e publicações; memórias de uma ou outra pessoa; traduções e reescrituras; passados ou presentes [...]) - e cujas versões estão longe de ser um elemento negligenciável de sua própria definição na língua em que são inicialmente compostos, antes de serem traduzidos e retraduzidos repetidas vezes por leitores e ouvintes". Jacques Roubaud, *Parler pour les "idiots" : Sébastien Chasteillon et le problème de la traduction, seizième Assises de la traduction littéraire* (Arles 1999), Arles, Actes Sud, 2000, p. 34-35. Tradução nossa.

Sozinhos, cada um em sua própria língua

A razão ou a desrazão poéticas são também a razão ou a desrazão tradutórias. No esforço de traduzir poetas, não é a transparência que constitui a violência, como na tradução assistida por computador, mas o corpo a corpo com a língua trabalhada no poema para além de seu limite. O sentido, bem como os sons e as palavras, não está completamente aprisionado no poema. Eles podem voar. Como passarinhos, que dão uma forma ao seu voo, enigmática para nós, mas surpreendente e bela. Ainda assim, voam e se deslocam levando consigo suas formas a outros lugares, seguindo um ritmo que molda seus espaços e tempos. O poema desafia nossos usos cotidianos e sociais da linguagem e os mal-entendidos que provocam. Ao traduzi-lo, libertamos a relação entre a palavra e a verdade.

Traduzir para ficar face a face
Em silêncio
Dentro do espelho da língua
Traduzir para me encontrar
Lá onde não estou mais
E para me encontrar com eles
Onde não podem mais estar
Traduzir para me repatriar
Sílaba após sílaba
Palavra após palavra
Frase após frase.
Traduzir como quem baixa as
pálpebras – pontos de sutura
Traduzir contra as cinzas
Traduzir contra as cinzas
Traduzir contra as cinzas¹.

1. Do francês: « *Traduire pour rester face à face En silence Dans le miroir de la langue Traduire pour me rejoindre Là où je ne suis plus Et pour les rejoindre Où ils ne peuvent plus être. Traduire pour me rapatrier Syllabe après syllabe Mot après mot Phrase après phrase. Traduire comme on ferme les paupières - points de suture. Traduire contre les cendres Traduire contre les cendres Traduire contre les cendres* ». Martin Rueff, « *Haute-fidélité* », in *Comme si quelque*, Chambéry, Comp'Act, 2006, p. 173, tradução nossa.

Tradução e violência

A violência está primeiramente na linguagem que separa antes de reunir. O plural dos sentidos é fonte de conflito antes de ser uma riqueza. A tradução também lida com essa violência, para repatriar os mortos e tudo o que é mantido em silêncio. “Traduzir contra as cinzas”: contra a violência da destruição, traduzir contra o inevitável desaparecimento. Ao enfrentar diretamente o conflito inerente a todo encontro, a tradução também se encarrega dessas violências do mundo e da vida em comum.

Tradução e consenso democrático

Como se diz avó em português?
– Em português? Avó.¹

Eugène Ionesco

Quer seja discurso teórico ou institucional, quer seja escrito em francês, inglês ou em qualquer outra língua, o discurso contemporâneo sobre a tradução favorece a positividade do gesto: ele pode ser o revelador da verdade segundo Hans Georg Gadamer, sinônimo do pensamento em Walter Benjamin; pode ser hospitalidade para Antoine Berman ou para Paul Ricœur; é garantia da pluralidade contra a ontologia segundo Barbara Cassin, em sua introdução ao *Vocabulaire européen des philosophies*², guardião da pluralidade contra a hegemonia da língua única. Com as devidas reservas, os "apesares" da resistência das obras à tradução e das dificuldades do traduzir, esse discurso se exprime tanto no plano institucional, o da política ou da doxa, quanto no plano filosófico e teórico. É uma intenção generosa, aberta e confiante. Na maioria das vezes, repousa na crença

1. Do francês: « *Comment dit-on grand-mère, en français ? – En français ? Grand-mère.* ». La Leçon, Paris, Gallimard, coll. « Folio », 1954, p. 128. Ainda sem versão para o português. Tradução nossa.

2. Edição em português: *Dicionário dos intraduzíveis: Línguas - Um vocabulário das filosofias*. 1ª. Ed. Autêntica, 2018.

Tradução e violência

nas virtudes da comunicação entre as culturas, no elogio da diversidade e no esquecimento das relações de desigualdade ou dominação.

Os discursos institucionais, aqueles que ouvimos da boca de certos especialistas ou adidos linguísticos nos organismos internacionais, ilustram perfeitamente essas generosas convicções. Assim, Mikaël Meunier, que trabalhava na Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia e que a apresentava como o maior serviço de tradução institucional do mundo (em 2014 contava com 1.500 tradutores, 24 línguas oficiais e 552 combinações linguísticas possíveis), afirmava que “a União Europeia é uma comunidade de povos, de valores. É uma união enriquecida por múltiplas diversidades: diversidade religiosa, diversidade linguística, diversidade étnica... Não uma simples mistura, mas um verdadeiro mosaico. E é esse tipo de diversidade que faz da Europa o que ela se tornou: de uma terra de conflitos a uma fonte de riquezas. Sem essa diversidade, a Europa como ideia, como projeto, não existiria mais¹”. Traduzida em uma obra de arte reluzente e colorida, a diversidade é exaltada como instrumento de um desenvolvimento pacificado. Se o tédio nasce da uniformidade, então, a harmonia derivaria logicamente da multiplicidade. Essa Comissão Europeia é a que implementou o serviço *eTranslation*, permitindo que as administrações públicas obtenham rapidamente traduções automáticas brutas a partir de e para todas as línguas oficiais da União Europeia. A ferramenta é útil e relativamente eficaz.

1. Do francês: « *l'Union européenne, c'est une communauté de peuples, de valeurs. C'est une union riche de multiples diversités : diversité religieuse, diversité linguistique, diversité ethnique... Non pas un simple mélange, mais une véritable mosaïque. Et c'est ce type de diversité qui fait de l'Europe ce qu'elle est devenue : d'une terre de conflits à une source de richesses. Sans cette diversité, l'Europe en tant qu'idée, en tant que projet, n'existerait plus* ». Mikaël Meunier, responsável linguístico, Direção-Geral da Tradução, Representação na França da Comissão Europeia - <http://www.agence-erasmus.fr/article/44/mikael-meunier-commission-europeenne-translation-et-multilinguisme>. Tradução nossa.

Tradução e consenso democrático

Mas reduz singularmente o múltiplo das línguas, reconduzindo-o a mais mesmo, sob efeito do cálculo maquinário. Deveríamos nos tranquilizar pensando que ele ainda não é perfeitamente confiável, que precisa da colaboração de falantes bilíngues, que nada substitui a comunicação humana? Isso não está garantido.

Há muito atuando como representante geral da língua francesa e das línguas da França no Ministério da Cultura, Xavier North também é um fervoroso defensor da diversidade linguística e da fecundidade das trocas entre as línguas. Para tal, ele mobiliza-se em favor da tradução como uma questão política, intervindo junto a inúmeras instituições, aos meios de comunicação, bem como no catálogo da exposição apresentada ao MuCEM¹, em Marselha, em 2017, sob a supervisão geral de Barbara Cassin, *Après Babel, traduire*. O interesse de seu discurso vem do fato de que sua posição o torna perfeitamente descomplexado quanto ao emprego do vocabulário da dominação e da soberania. Ele não tem receio de dizer que a França deve manter sua influência no "território da expansão colonial francesa", ainda que, ao mesmo tempo, reconheça o caráter problemático da coexistência das diferentes línguas nessas regiões do mundo. Razão pela qual ele também recomenda "abrir-se às demais comunidades linguísticas via uma ampla política da tradução"².

1. (N.t.) Do francês: "*Le musée des Civilisations de l'Europe et de la Méditerranée*". Em português: Museu das civilizações da Europa e do Mediterrâneo.

2. Do francês: « *s'ouvrir aux autres communautés linguistiques par une grande politique de la traduction* ». Xavier North, « Territoires de la langue française », *Hérodote*, n° 126, 2007/3, p. 9-16. No texto que escreveu para o catálogo da exposição do MuCEM, *Après Babel, traduire*, ele declara: "[S]omente a tradução - porque permite a passagem de uma língua para outra, preservando a especificidade de cada uma delas - oferece uma resposta suscetível de conciliar os dois imperativos aos quais a Europa tem fundamentalmente apreço: a manutenção de sua diversidade linguística (que depende da 'funcionalidade' de cada uma das línguas em questão) e a construção de sua unidade (graças à circulação das ideias e expressões culturais e artísticas)". Xavier North, « *Politique de la langue : points chauds* », in *Après Babel, traduire*, Arles, Actes Sud/MuCEM, 2016, p. 73. Ainda sem versão para o português. Tradução nossa.

Tradução e violência

Suas ideias têm sido retomadas por todos os políticos desde então, a ponto de uma das primeiras decisões do presidente Emmanuel Macron em relação à língua francesa ter sido criar um prêmio de tradução, e da então ministra da Cultura, Françoise Nyssen, na abertura do Salão do Livro de Beirute de 2017 falando “da língua que compartilhamos, ‘o francês’, e da língua que nos conecta, ‘a tradução’”. Essa ideia da tradução como língua que frequentemente é respaldada pela fórmula de Umberto Eco, de que “a língua da Europa é a tradução”, é eficaz, mesmo que evidentemente seja falsa. A tradução não é uma língua, mas uma operação entre as línguas. Tal fórmula tem a particularidade de ocultar o eventual abismo que separa uma língua da outra, e que a tradução dificilmente consegue preencher: ela ameniza o conflito. Se, como diz Françoise Nyssen, “o diálogo entre a França e o Líbano passa por um outro idioma, o da tradução”¹, então, a tradução substituiria o conhecimento de línguas outras. Porque a tradução implica ainda o multilinguismo dos seus praticantes, ela favoreceria o milagre de tornar todo mundo multilíngue por sua vez. Esse discurso baseia-se, ainda que não seja responsável por isso, em uma importante negação: fazer da tradução uma língua é, neste caso, esquecer o árabe, a necessidade da formação em árabe, língua ainda pouco aprendida pelos europeus, e desenclavar as referências árabes e islâmicas.

1. Do francês: « *le dialogue entre la France et le Liban passe par une autre langue : celle de la traduction* ». Discurso de Françoise Nyssen, por ocasião da abertura do Salão do Livro Francófono de Beirute, em 3 de novembro de 2017 - <http://www.culture.gouv.fr/Presse/Archives-Presses/Archives-Discours-2012-2018/Annee-2017/Discours-de-Francoise-Nyssen-a-l-occasion-de-l-inauguration-du-Salon-du-livre-francophone-de-Beyrouth>. Tradução nossa.

Tradução e consenso democrático

Esse discurso eufórico dos políticos é reafirmado em certos textos acadêmicos pelas ferramentas de sua divulgação, como por exemplo o *Que sais-je?* sobre a tradução, do linguista Michaël Oustinoff, que explica que "a tradução não é uma simples operação linguística: as línguas são inseparáveis da diversidade cultural, essa diversidade vital que a ONU, através da UNESCO, pretende defender a fim de evitar a proliferação de conflitos ocasionados pelo choque das culturas neste século XXI". Nós encontramos ainda na escrita de François Ost, autor de *Traduire. Défense et illustration du multilinguisme*², com formulações em grande parte herdadas de Ricœur: "É a ideia dialética de que nossas identidades são relativas, e que as diferenças que nos separam não são absolutas. Com base nessa intuição, podemos entrar em tradução, fazer ressoar alguma coisa do outro, achar equivalentes, potencialidades adormecidas em nossa própria língua e nossa própria cultura, e que despertam com o trabalho do tradutor. Estou convencido de que existe uma predisposição ética na origem do reflexo tradutório; parece-me que, sem essa posição do "si mesmo como um outro", a tradução sempre está ameaçada de se tornar hegemônica, assimiladora. A história fornece exemplos disso: quando Roma se apropriava dos poetas e dramaturgos gregos, ou quando a França do século XVII "polia" a literatura estrangeira que traduzia para a língua da corte (época das 'belas infiéis')³".

1. Do francês: « *la traduction n'est pas qu'une simple opération linguistique : les langues sont inséparables de la diversité culturelle, cette diversité vitale que l'ONU, au travers de l'UNESCO, entend défendre afin d'éviter la prolifération de conflits dus au choc des cultures en ce xxie siècle* ». Michaël Oustinoff, *La Traduction*, Paris, PUF, coll. « *Que sais-je ?* », 2003, p. 8. Ainda sem versão para o português. Tradução nossa.

2. Paris, Fayard, 2009. Ainda sem versão para o português.

3. Do francês: « *C'est l'idée dialectique que nos identités sont relatives, et que les différences qui nous séparent ne sont pas absolues. Sur la base de cette intuition, nous pouvons entrer en traduction, faire résonner quelque chose de l'autre, trouver des équivalents, des potentialités qui dormaient dans notre propre langue et dans notre propre culture, et qui se réveillent à l'occasion du travail du traducteur. Je suis convaincu qu'il existe une prédisposition éthique à l'origine du réflexe traducteur ; il me semble que, sans cette position du "soi-même comme un autre", la traduction est toujours menacée de devenir hégémonique, assimilatrice. L'histoire en fournit des exemples : ainsi quand Rome s'appropriait les poètes et dramaturges grecs, ou que la France du xviiie siècle "polissait" en langue de cour la littérature étrangère qu'elle traduisait (c'était l'époque des "belles infièles")* ». François Ost et Nicole Bary, « *La traduction et le multilinguisme* », *Études*, n° 417, 2012/12, p. 653-665. Tradução nossa.

Tradução e violência

Pode-se realçar duas tendências nesses discursos. A primeira corresponde à exaltação da multiplicidade, que a tradução viria proteger contra as investidas homogeneizantes da globalização e da língua mundial. Diversidade, pluralidade, multilinguismo: eis o que a tradução se empenharia em exaltar, mesmo quando, como François Ost, se admite que pode haver nela uma pulsão anexionista. A segunda é a marcada oposição entre tradução como uma experiência positiva do estrangeiro e conflito, que seria sua experiência negativa. Deve-se notar, por exemplo, que na introdução do *Que sais-je?* a oposição gira em torno de dois termos que expressam o múltiplo, "diversidade vital" de um lado e "proliferação" de outro, onde se opõem o vocabulário da boa saúde e o da doença. Haveria uma boa e uma má multiplicidade, e a tradução nos garantiria a boa. Essa língua contemporânea da tradução é apenas a versão edulcorada e um tanto irênica da virada ética da teoria da tradução, desde Antoine Berman, Lawrence Venuti e Anthony Pym. Ela reitera o discurso da filosofia, que Paul Ricœur sintetiza perfeitamente nas conferências realizadas entre 1997 e 1999: "A felicidade de traduzir é um ganho quando, apegado à perda do absoluto linguístico, [o tradutor] aceita a distância entre a adequação e a equivalência, a equivalência sem adequação. Aí está sua felicidade. Ao admitir e assumir a irredutibilidade do par do próprio e do estrangeiro, [ele] encontra sua recompensa no reconhecimento do status insuperável da dialogicidade do ato tradutório como o horizonte razoável do desejo de traduzir. Apesar da agonística que dramatiza a tarefa do tradutor, ele pode encontrar sua felicidade no que eu gostaria de chamar de hospitalidade linguística". Aqui também, mesmo que o vocabulário e

1. Do francês: « *Le bonheur de traduire est un gain lorsque, attaché à la perte de l'absolu langagier, [le traducteur] accepte l'écart entre l'adéquation et l'équivalence, l'équivalence sans adéquation. Là est son bonheur. En avouant et en assumant l'irréductibilité de la paire du propre et de l'étranger, [il] trouve sa récompense dans la reconnaissance du statut indépassable de la dialogicité de l'acte de traduire comme l'horizon raisonnable du désir de traduire. En dépit de l'agonistique qui dramatise la tâche du traducteur, celui-ci peut trouver son bonheur dans ce que j'aimerais appeler l'hospitalité langagière* ». Paul Ricœur, *Sur la traduction*, Paris, Bayard, 2004, p. 19. Tradução nossa. Edição em português: *Sobre a tradução*. Trad. Patrícia Lavelle. Belo Horizonte : Editora da UFMG, 2011.

Tradução e consenso democrático

a maneira de dizer sejam muito diferentes, observam-se esses dois traços do diálogo do múltiplo e da feliz hospitalidade do estrangeiro como características da tradução ou daquilo que Ricœur chama de "desafio e felicidade da tradução". É interessante notar, todavia, que a agonística não é aqui oposta à tradução (como é o caso em Michaël Oustinoff), mas é apresentada como uma etapa necessária da prática, que será preciso, também pela prática, superar e ultrapassar. O vocabulário da hospitalidade também está muito presente em Antoine Berman: ele fala de "albergue do longínquo", usando a expressão do trovador Jaufré Rudel para intitular um de seus livros; ele advoga contra o "etnocentrismo", leva em conta o "desejo de abrir o Estrangeiro enquanto Estrangeiro ao seu próprio espaço de língua"¹. O belo título de seu mais célebre ensaio, *A prova do estrangeiro*, anuncia isso enfaticamente: a prova é dupla, no sentido do labor e da impressão. Nos deixamos ocupar por outrem, o que engaja um trabalho, uma tarefa, sujeito a uma ética: "Traduzir é, certamente, escrever e transmitir. Mas essa escrita e essa transmissão só assumem seu verdadeiro sentido a partir da intenção ética que as rege. Nesse sentido, a tradução está mais próxima da ciência do que da arte – ao menos se considerarmos a irresponsabilidade ética da arte"². Nós encontramos na escrita do tradutor norte-americano Lawrence Venuti, na qual se impõe uma ética "que toma por ideal o reconhecimento da diferença cultural", sendo qualquer situação minoritária capaz de redefinir o que constitui o próprio e o estrangeiro, "*the 'domestic' and the 'foreign'*"³.

1. Do francês : « *désir d'ouvrir l'Étranger en tant qu'Étranger à son propre espace de langue* ». Antoine Berman, *La Traduction et la Lettre ou l'Auberge du lointain*, Paris, Seuil, 1999, p. 75. Edição em português: *A tradução e a Letra ou o Albergue do Longínquo*. Trad. Marie-Hélène C. Torres; Mauri Furlan; Andreia Guerini. Florianópolis: PGET/UFSC. Copiart, 2013.

2. Antoine Berman, *L'Épreuve de l'étranger. Culture et traduction dans l'Allemagne romantique*, Paris, Gallimard, coll. « Tel », 1984, p. 17. Tradução nossa. Edição em português: *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica*. Trad. Maria. Emília Pereira Chanut. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002.

3. Lawrence Venuti, *The Scandals of Translation: Towards an Ethics of Difference*, Londres/New York, Routledge, 1998, p. 187. Edição em português: *Escândalos da tradução*. Trad. Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino. Villela, Marileide Dias Esqueda, Valéria Biondo. Bauru, EDUSC, 2002.

Tradução e violência

Essa "língua" é também permeada por um léxico técnico, frequentemente utilizado pelos próprios tradutores: a palavra "negociação", por exemplo, da qual Umberto Eco faz um uso imoderado em italiano (*negoziazione*)¹, assim como Sandra Bermann e Michael Wood em inglês (*negotiation*)², agora se infiltra em todo discurso científico e na cultura como um todo. Termos como "dialogismo" e "troca", "mestiçagem cultural" e "localização". Em suma, o vocabulário do consenso democrático nas sociedades neoliberais, de que todas as análises geopolíticas do traduzir lançam mão repetidamente, onde a tradução é considerada "como uma das condições da superação dos discursos identitários, pois oferece as possibilidades de confronto entre as diferentes realidades culturais e suscita um conjunto de questões relativas tanto ao funcionamento

1. Umberto Eco, *Dire presque la même chose. Expériences de traduction*, traduit de l'italien par Myriem Bouzaher, Paris, Grasset, 2003: "dizer quase a mesma coisa é um procedimento que se coloca, veremos mais a frente, sob a insígnia da *negociação*" (p. 9 – Grifo nosso); "Eu quero apenas repetir que muitos dos conceitos que circulam na tradutologia (equivalência, adesão ao objetivo, fidelidade ou iniciativa do tradutor) são, a meu ver, colocados sob a insígnia da *negociação*" (p. 17 – grifo nosso); "A fidelidade é, antes, a convicção de que a tradução é sempre possível se o texto fonte foi interpretado com apaixonada cumplicidade, é o empenho em identificar aquilo que, para nós, é o sentido profundo do texto e é a capacidade de negociar a cada instante a solução que nos parece mais justa. "se consultarem qualquer dicionário, verão que entre os sinônimos de *fidelidade* não está a palavra *exatidão*. Lá estão antes *lealdade, honestidade, respeito, piedade*" (p. 426 – Grifo nosso). Edição em português: Quase a mesma coisa: experiências de tradução. Trad. Eliana Aguiar. São Paulo: Record, 2007.

2. Sandra Bermann e Michael Wood (eds), *Nation, Language, and the Ethics of Translation*, Princeton, Princeton University Press, 2005. Ainda sem Edição para o português. Veja especialmente toda a introdução, e em particular a página 8: « *At every juncture where there is translation [...] there is, along with problems of misunderstanding, deception, inequality, and linguistic oppression also hope for insight, reciprocity, and therefore creative negotiation.* »

Tradução e consenso democrático

dos campos de produção cultural quanto às trocas internacionais".

Esse discurso é tão mais positivo e generoso por não deixar de considerar as dificuldades da tradução propriamente dita e os problemas acarretados por sua difusão (desigualdade das trocas, hierarquia desigualitária do mundo econômico na qual se assentam as transferências culturais, como bem demonstrado por todas as sólidas análises sociológicas realizadas por Gisèle Sapiro e sua equipe na França² e por pesquisadores de outros países). No conjunto de sua obra - a começar pela fascinante empreitada do *Vocabulário das filosofias*³, precisamente chamado de "Dicionário dos intraduzíveis" - Barbara Cassin insiste na ideia de que não há apenas *uma* tradução, assim como não haveria uma só língua. Se é preciso continuar traduzindo, se a tradução é infundável, é porque o sentido está em constante movimento na língua. Contudo, apesar do esforço considerável para inscrever a tradução no campo da política, e talvez por causa disso, o discurso de Barbara Cassin também não escapa à generalidade irênica, como atesta seu *Éloge de la traduction*, que termina com uma apologia ao outro e às suas línguas: "Gostaria de detalhar o elogio", escreve ela, ao recapitular. Primeiramente, há algo da consideração pelo outro, um semelhante, como eu, não como eu: o outro não é um bárbaro. As línguas são

1. Do francês: « comme l'une des conditions du dépassement des discours identitaires, en ce sens qu'elle offre les possibilités de confrontation entre les différentes réalités culturelles et permet de soulever un ensemble de questions touchant à la fois au fonctionnement des champs de production culturelle et aux échanges internationaux ». Tradução nossa. Jean-François Hersent (acadêmico, mas que trabalhava no Ministério da Cultura quando publicou estas linhas), "*Traduire: rencontre ou affrontement entre cultures?*", *Hermès*, nº 49, 2007, p. 161. Todo o volume é marcado por esse discurso, incluindo as intervenções de especialistas não ocidentais (Lalbila Aristide Yoda sobre Burkina Faso, Xu Jun sobre a China...).

2. Gisèle Sapiro (dir.), *Translatio. Le marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation*, Paris, CNRS Éditions, 2008. Ainda sem versão para o português.

3. *Dicionário dos intraduzíveis: Línguas - Um vocabulário das filosofias*. 1ª. Ed. Autêntica, 2018. Coordenação de Barbara Cassin e organização de Fernando Santoro e Luisa Buarque.

Tradução e violência

como um panteão em contraste com uma igreja, são deuses com es, e não um deus único. É preciso respeito, *aidôs*, consciência do olhar do outro (justamente aquilo que as periferias reivindicam), no fundamento do político. A tradução "leva em consideração" o outro e trama a diversidade, para além do politicamente correto". Mesmo o confronto concreto com o intraduzível é vivido como uma oportunidade, como ela reitera na apresentação do catálogo da exposição *Après Babel, traduire*: "Os 'intraduzíveis' são os sintomas da diferença das línguas, e é por isso que são tão preciosos: através deles, enriquecemos e complicamos nossa própria percepção do mundo, entendemos que é uma língua que falamos, uma língua "entre outras", singularizada por seus equívocos significantes com os quais brincamos quando sonhamos, como fazemos com charadas. Nada mais concreto, nada mais lúdico²." Certamente, mas o intraduzível também pode ser uma desculpa para não traduzir mais. Lembre-se que a Constituinte havia decidido, ainda em 1790, que todos os seus decretos deveriam ser traduzidos "em dialetos vulgares" a fim de que pudessem ser compreendidos por todos. Até que, com o discurso de Barère no Comitê de Salvação Pública, em 27 de janeiro de 1794, promovendo o uso generalizado e unificador da língua francesa para resistir ao fanatismo e às superstições (que, como todos sabem, "falam baixo-bretão"), e depois o relatório do abade Grégoire "sobre a necessidade e os meios de aniquilar os patoás e universalizar o uso da língua francesa" em junho do mesmo ano, os mesmos dialetos fossem banidos por serem intraduzíveis: eles ou "resistem à tradução ou

1. Do francês: « *Je voudrais détailler l'éloge, écrit-elle, en récapitulant. D'abord, il y a de la considération de l'autre, un semblable, comme moi pas comme moi : l'autre n'est pas un barbare. Les langues sont comme un panthéon par différence avec une église, ce sont des dieux avec un x et pas un dieu unique. Il faut du respect, aidôs, conscience du regard de l'autre (cela même que les banlieues réclament), au fondement du politique. La traduction "met en considération" l'autre et trame la diversité, bien au-delà du politiquement correct* ». Barbara Cassin, *Éloge de la traduction. Compliquer l'universel*, Paris, Fayard, 2016, p. 223. Ainda sem versão para o português. Tradução nossa.

2. Do francês: « *Les "intraduisibles" sont les symptômes de la différence des langues, c'est pourquoi ils sont si précieux : à travers eux, on enrichit et on complique sa propre perception du monde, on comprend que c'est une langue qu'on parle, une langue "entre autres", singularisée par ses équivoques significantes sur lesquelles on joue quand on rêve comme on fait des rébus. Rien de plus concret, rien de plus ludique* ». Barbara Cassin, « *Présentation* », in *Après Babel, traduire, op. cit.*, p.12. Tradução nossa.

Tradução e consenso democrático

prometem somente traduções infiéis”. Essa política será implementada um século mais tarde em todo o território francês. Ela tinha fundamentos generosos: derrubar certas barreiras culturais e sociais oferecendo a cada um meios para compreender o outro. O mesmo abade Grégoire é, aliás, o autor do *Memorial em favor das pessoas de cor*, onde pedia que elas fossem “assimiladas por completo aos brancos”²⁷. Se nesse caso a igualdade jurídica e cívica não elimina a diversidade, ao contrário, a reconhece no caso da destruição das línguas regionais, o universalismo lógico por trás da ideia de que uma língua poderia traduzir todas as outras é um complemento da dominação. Acredita-se no desaparecimento desse nacionalismo ontológico que alega que certas línguas são superiores a outras, mas ele renasce onde quer que se suponha que existam intraduzíveis irredutíveis.

Que fique claro: não se trata de deplorar a generosidade e a abertura dos discursos éticos, mas de mostrar sua homologia com todo um discurso pós-político, de apontar um otimismo que se torna vazio em função de tanto esbarrar no palavrório do jargão tecnocrático, e de apontar seus limites para o pensamento da tradução. Entretanto, o desejo de reinscrever o negativo não implica uma inversão puramente retórica desse discurso que denuncia a parte central do confronto e os riscos que ele implica; trata-se, justamente, de inscrevê-lo no âmbito de uma análise dos riscos, que é o espaço

1. François Ost, dans *Traduire. Défense et illustration du multilinguisme* (*op. cit.*), analisa as políticas de Estado em matéria de tradução e delinea os diversos decretos que visam erradicar os trinta patoás da França e generalizar a língua francesa, racionalizando-a (pp. 303-326). Ainda sem versão para o português.

2. Do francês: « assimilés en tout aux Blancs ». Tradução nossa. Abbé Grégoire, *Mémoire en faveur des gens de couleur ou sang-mêlé de Saint-Domingue et des autres îles françaises de l’Amérique*, adressé à l’Assemblée nationale, Paris, Belin, 1789, p. 5. Ainda sem versão para o português.

Tradução e violência

principal de gestão dos conflitos nas instâncias internacionais pós-políticas.

Reinscrever o negativo significa fazer dos antagonismos da tradução forças vivas, forças de vigília, de vigilância, forças de mal-entendidos que conduzem a não considerar nada como definitivamente adquirido. É também lembrar que esse discurso positivo nem sempre prevaleceu: quando a tradução era o exercício do reforço de si mesmo ao invés do acolhimento do outro, ela certamente recorria aos lugares comuns identitários, dos quais só nos resta comemorar termos nos livrado, mas ela não mascarava o espaço da luta, que também era um espaço móvel. Não se trata absolutamente de voltar a esse "discurso etnocentrista", como Antoine Berman o chama, mas de ressaltar os antagonismos intrínsecos que estão no âmago do traduzir, a fim de revelar o potencial de resistência que se inscreve em alguns deles.

Os antagonismos da tradução

O que significa, para uma língua, ser condenada ao exílio?¹

Daniel Heller-Roazen

Antagonismos históricos

O encontro com o outro é sempre o encontro com uma língua. Mesmo entre línguas vizinhas, nos espaços limítrofes onde os dialetos se diferenciam pouco entre si, podemos zombar de um sotaque, invocar outra palavra para dizer "esfregão" ou "feijão", inscrever a sua singularidade ou sua diferença. Assim, a História é marcada por limites, por alternâncias de um modelo cultural para um outro, em que a tradução desempenha um papel central, mas onde poucas são as opções. Mesmo quando a tradução ocorre, acontece de ela estar a serviço do negativo. Bem conhecido - estudado na França por Tzvetan Todorov e Jean-Louis Cordonnier² -, o exemplo da conquista do continente americano vale a pena ser lembrado pelas ambivalências da tradução que esse caso revela.

1. Do francês: « *Que signifie, pour une langue, être condamnée à l'exil ?* ». *Écholaliés. Essai sur l'oubli des langues, traduit de l'anglais par Justine Landeau*, Paris, Seuil, 2007, p. 51. Edição em português: *Écolaliás: sobre o esquecimento das línguas*. Trad. Fábio Akcelrud Durão. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

2. Tzvetan Todorov, *La Conquête de l'Amérique. La question de l'autre*, Paris, Seuil, 1982; Edição em português: *A conquista da América: A questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1983; Jean-Louis Cordonnier, *Traduction et Culture*, Paris, Didier, 1995. Ainda sem versão para o português.

Tradução e violência

Neste contexto, não houve uma imposição inequívoca das línguas coloniais, mas atitudes variáveis no tempo e, às vezes, contraditórias entre si. Na América do Sul, o território conquistado a partir de 1492 contava com mais de mil línguas e a hispanização não se deu em um dia. Levou até vários séculos para se realizar. Certamente, desde o século XVI, recomendava-se o ensino do espanhol aos indígenas, mas formas de diglossia se impunham por todo lado no continente. Foi só em 1770, quase três séculos após a Conquista, que as línguas indígenas foram proibidas oficialmente.

Essa história tem um passado. Na Espanha, uma longa tradição de viagens entre as línguas e as culturas cristã e árabe-muçulmana fez da tradução um instrumento de mestiçagem científica e literária, ilustrada em particular pela prestigiosa Escola de Toledo. Ainda é possível ver nessa cidade inscrições em três línguas e três alfabetos diferentes: em árabe, em hebraico e em latim. E o castelhano se tornou uma língua-cultura dominante só após a tradução de todo o patrimônio árabe, especialmente sob a influência de Afonso X, no século XIII, o primeiro a preconizar a tradução em língua vulgar em vez do latim e a favorecer o letramento. A imposição de uma língua "real" sob o reinado de Isabel de Castela e Fernando de Aragão encerra esse movimento, contrariando-o ou contradizendo-o: como explica Jean-Louis Cordonnier, uma primeira "colonização", a dos vernáculos espanhóis, precede e anuncia a Conquista e o movimento de redução do outro que a acompanha. A *translatio studii* medieval foi sucedida por uma *translatio imperii* a serviço dos interesses de um Estado. "Aparentemente, a tradução importa os elementos que lhe parecem positivos, e expulsa

Os antagonismos da tradução

os elementos que julga negativos, inaceitáveis para ela mesma; eis a gênese da rejeição etnocêntrica¹".

A ambivalência do papel desempenhado pela tradução nesse episódio da História - e como veremos, em várias situações de dominação colonial - remete à instrumentalização de certas figuras pelos conquistadores em que a História justamente reconheceu o papel equivocado. Entre esses seres que flutuam entre dois mundos, entre duas línguas, a Malinche é a figura mais controversa. Essa mulher que é originária de uma etnia nua do Golfo do México, e que depois se tornou escrava de um chefe maia, foi oferecida em abril de 1519 a conquistadores espanhóis, juntamente com outros vinte escravos. Ao tornar-se amante de Hernán Cortés, passou a desempenhar, não só ao lado dele, mas junto a diversas nações concorrentes, muitos papéis de intermediação: o de mãe (já que teve um filho com ele), o de intérprete (entre o náuatle e a língua maia iucateque, que era entendida por um dos espanhóis presentes e, depois de alguns meses, entre essas duas línguas e o espanhol), e o de conselheira. Pela função que Hernán Cortés a fez assumir, sua figura e seu nome acabaram por reunir todas as imposições forçadas que a tradução traz consigo. Ao passo que nas narrativas dos conquistadores, a começar por Bernal Díaz del Castillo, os intérpretes são apresentados como mediadores decisivos para o bom desenrolar dos acontecimentos, a historiografia nacionalista do período pós-independência os define como traidores. Assim, nas ficções dedicadas a ela, a Malinche ora é representada como uma bruxa, ora como uma pecadora expulsa do paraíso, ora como uma mãe malvada que mata os próprios filhos. O personagem de Felipillo assume uma função real e lendária comparável para o

1. Do francês: « *Selon toute apparence, la traduction importe les éléments qui lui paraissent positifs, et expulse les éléments qu'elle juge négatifs, irrecevables pour elle-même ; voilà la genèse du rejet ethnocentrique* ». Jean-Louis Cordonnier, *Traduction et Culture*, op. cit., p. 87. Ainda sem versão para o português. Tradução nossa.

Tradução e violência

o território atual do Peru, sem os estereótipos de gênero colocados em cena pelas histórias sobre a Doña Marina, outro nome da Malinche. Felipillo teria participado do encontro entre Atahualpa e Pizarro, em 1532, em Cajamarca. Mas teria ele deliberadamente desejado prejudicar o líder inca naquele momento? A historiografia não é clara sobre isso¹.

No contexto contemporâneo em que se valoriza a figura do tradutor ou intérprete, é interessante notar que, após os excessos do século XIX demonizando esses personagens, eles foram objeto de tentativas de reabilitação. Leituras feministas contestam uma narrativa unívoca em que a queda do Império Asteca seria imputável a uma única figura feminina e o dramaturgo peruano Rafael Dumett redigiu um artigo, em 2011, intitulado "Reivindicação e elogio de Felipillo"². Pois esses dois personagens (mas poderíamos citar outros) também encarnam uma mestiçagem que faz sentido atualmente nas sociedades sul-americanas. São indígenas que foram sequestrados pelos espanhóis. Circulam entre as línguas, ou seja, entre as forças opostas, entre o bem e o mal. Ultrapassam o antagonismo entre os colonizadores e os colonizados, por isso é fácil entender por que os

1. Victoria Ríos Castaño, « Fictionalizing Interpreters: Traitors, Lovers, and Liars in the Conquest of America », *Linguística Antverpiensia, New Series – Themes in Translation Studies*, n° 4, 2005, p. 47-60. Ainda sem versão para o português; Jochen Plötz, *El intérprete Felipillo entre Incas y conquistadores, Forma y función*, vol. 9, n° 1, 2016, p. 81-102. Ainda sem versão para o português. Devo estas referências à extraordinária tese de Cécile Serrurier sobre a tradução na América Latina: *Traduction et mise en recueil (Amérique latine, 1883-1925). Portrait du poète en collectionneur périphérique*, defendida na Université Bordeaux- Montaigne, em 13 de junho de 2019.

2. Rafael Dumett, *Reivindicación y elogio de Felipillo*, publicado em seu blog em 10 de novembro de 2011 – <https://rafaeldumett.lamula.pe/2011/11/10/reivindicacion-y-elogio-de-felipillo/rafaeldumett> ; citado por Cécile Serrurier, *Traduction et mise en recueil (Amérique latine, 1883-1925)*, *ibid.*, p. 36.

Os antagonismos da tradução

nacionalismos do pós-independência os rejeitam: eles representam tanto sua má consciência, como seu espelho. Os colonizadores de outrora se tornaram, com efeito, os colonizados que quiseram se emancipar. O sucesso de sua emancipação se deu por força de um grande crime anterior. Em *Le Labyrinthe de la solitude*, Octavio Paz evoca esse mal-estar moral que faz da Malinche o símbolo da rendição, ao mesmo tempo que dos oprimidos: "Doña Marina - para usar o seu nome cristão - converteu-se numa figura que representa as indígenas, fascinadas, violentadas ou seduzidas pelos espanhóis. E, da mesma forma como uma criança não saberia perdoar sua mãe por tê-la abandonado para ir atrás do seu pai, o povo mexicano não perdoa a traição da Malinche. Ela encarna a abertura, o *chingado*, em contraste com nossos indígenas, estoicos, impassíveis e fechados¹". Estes exemplos também mostram o papel da tradução na construção da interpretação e do discurso históricos. Se o termo *malinchismo* é usado no México para designar o comportamento daqueles que traem seu país e sua cultura local, ao submeter-se a códigos culturais estrangeiros, especialmente europeus, a Malinche é, todavia, considerada a figura materna do México moderno. Sem sua intervenção, é possível que a conquista tivesse sido ainda mais destrutiva.

O imaginário da deslealdade assombra mundialmente a história da tradução. Tal como Alexis Nouss observa em *Éloge de la trahison*, o adágio desgastado "*Traduttore, traditore*" existe em muitas línguas, do italiano ao francês, do coreano ao malgaxe². E Xu Jun nos lembra que, na China, a imagem do colaborador

1. Do francês: « Doña Marina – pour lui donner son nom chrétien – s’est convertie en une figure qui représente les Indiennes, fascinées, violées ou séduites par les Espagnols. Et de la même façon que l’enfant ne saurait pardonner à sa mère qui l’abandonne pour aller à la recherche de son père, le peuple mexicain ne pardonne pas sa trahison à Malinche. Elle incarne l’ouvert, le chingado, face à nos Indiens, stoïques, impassibles et fermés ». Octavio Paz, *Le Labyrinthe de la solitude* (1950), traduit de l’espagnol (Mexique) par Jean-Clarence Lambert, Paris, Gallimard, 1972, p. 82. Tradução nossa. Edição em português: *O labirinto da solidão e post scriptum*. Trad. Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

2. Alexis Nouss, « Éloge de la trahison », *TTR, Antoine Berman aujourd’hui*, Université McGill, vol. XIV, n° 2, 2001, p. 167-179.

Tradução e violência

vem imediatamente à mente daquele ou daquela que pensa no tradutor¹. O informante em zonas de guerra também é geralmente assimilado a um traidor e, às vezes, julgado como tal após a resolução do conflito. Ele acompanha repórteres, militares ou oficiais em zonas de guerra, organiza encontros, às vezes, até mesmo entre as partes beligerantes, conhece o campo e as línguas. Seu papel é crucial, apesar de permanecer nas sombras. Ele raramente está na posição de sujeito, como Zrinka Stahuljak demonstrou ao estudar os informantes da Idade Média, em particular ao longo das Cruzadas². Durante a ação, ele tem a vida da pessoa que o contrata em suas mãos e o medo que suscita se volta às vezes contra ele. Em um mundo que começa a propor as línguas enquanto mercadorias, esses intérpretes entram sub-repticiamente na cadeia dos poderes econômico e político; e eles também são facilmente apagados dessa cadeia quando seu papel de intermediário se torna inútil e a ambivalência de sua função é então acentuada em termos de deslealdade. Traição ou deslealdade? O primeiro substantivo tem conotações éticas, às quais o segundo acrescenta uma tonalidade mais política e jurídica. Traição e infidelidade podem ser sinônimos, quando a deslealdade tem antes por sinônimo o perjúrio. A tradução situa-se mais na traição, que remete à passagem de uma linha fronteira. A metáfora da fidelidade é também, como sabemos, uma metáfora desgastada no discurso comum sobre a tradução. Todo tradutor tem algo de Coriolano em si, cuja história pode facilmente se tornar um uma fábula da tradução, até na intervenção da língua materna como figura reguladora.

1. Xu Jun, « *Diversité culturelle : la mission de la traduction* », *Hermès*, n° 49, *op. cit.*, p. 185-192. Ainda sem versão para o português.

2. Zrinka Stahuljak, « Les fixeurs au Moyen Âge », *La Lettre du Collège de France*, n° 44, 2018, p. 76-77. Ainda sem versão para o português.

Os antagonismos da tradução

Vale lembrar que é a intervenção de sua mãe que impede Coriolano, um general romano no exílio, de atacar Roma ao lado de seus antigos inimigos. A língua materna, para a qual em geral traduzimos e com a qual temos uma dívida, nos compele ao dom da tradução, como veremos. Mas, como aponta ainda Alexis Nouss com Derrida, a traição pode ser uma forma de dom, pelo menos em francês: “entregar alguém, é traí-lo”¹. O dom é um movimento em direção ao outro que pode provocar negatividade se não estiver em conformidade com o círculo do dom, se implicar submissão ou dominação. A dívida tem uma função ética e social apenas nessa medida. Se o dom, de valor mais positivo, pode ser o local da traição, isso reafirma que em toda troca pode haver o antagonismo.

O exemplo da Argélia colonial não apresenta a mesma história que a da América do Sul, mas permite-nos também destacar confrontos característicos. Logo após a conquista de 1830, o governo francês promoveu, sem muito ímpeto, algumas experiências de escolas franco-árabes; foi a partir da segunda metade do século XIX que o ensino exclusivo da língua francesa prevaleceu, o que, sem recursos suficientes, fez dobrar a violência da colonização e da contenção das revoltas com uma violência cultural considerável. A assimilação visa apagar a estranheza do estrangeiro, como afirma Tocqueville em um texto bem conhecido por sua violência ideológica: os colonos que ali se instalam devem estar “o mínimo possível despaisados” e se deparar, “se possível, com uma imagem perfeita da pátria”². A obliteração implica uma racionalização política que atinge ao mesmo tempo lugares, língua e nomes. A modelagem do mapa, a transformação dos topônimos e, no caso

1. (N.t.) Jogo de palavras com o substantivo *don* [dom] e o verbo *donner* [dar], do francês: “*donner quelqu’un, c’est le trahir*”.

2. Do francês: « *aussi peu dépaysés que possible* » et y rencontrer, « *s’il se peut, une image parfaite de la patrie* ». Alexis de Tocqueville, *De la colonie en Algérie* (1841), Bruxelles, Complexe, 1988, p. 141. Ainda sem versão para o português. Tradução nossa.

Tradução e violência

de indivíduos, o desapossamento de seu nome costumeiro atestam igualmente a violência tradutória¹. Nesse caso, longe de ser uma ferramenta para a comunicação, a tradução está a serviço de uma uniformização ideológica². Em sua autobiografia, Fadhma Aïth Mansour Amrouche fala sobre como sofreu com o proselitismo e a tradução forçada. Após ter concluído seus estudos em francês em uma escola laica (no final do século XIX), foi enviada a um hospital religioso para ser o que hoje chamaríamos de "auxiliar de enfermagem". "Me restou daquele tempo uma impressão insuportável e perturbadora. Todos falavam de Deus, tudo tinha que ser feito pelo amor de Deus, mas você se sentia espiado, suas falas eram avaliadas e relatadas à Superiora. [...] Quando eu dizia que todas as religiões tinham um lado bom, era considerado como uma blasfêmia. Traduzimos as orações para o cabila: a ave-maria, o pai-nosso, o credo, e as irmãs se esforçavam muito para inculcá-las em nossas cabeças rebeldes. Eu sempre começava a rir quando ouvia a irmã falando o cabila daquela maneira"³. As cenas de tradução do francês para o cabila, das quais ela e o marido são forçados a participar, também indicam que a tradução foi realizada para

1. A exposição *Made in Algeria. Généalogie d'un territoire*, realizada no MuCEM em 2016 sob a curadoria de Zahia Rahmani e Jean-Yves Sarazin, ofereceu uma ilustração marcante disso. Ver no catálogo (Paris, Hazan/MuCEM, 2016) o artigo de Daho Djerbal, "*Sans nom patronymique (SNP). De la dépossession du nom à l'expropriation de la terre par la carte*", p. 183-186; e o artigo de Zahia Rahmani, "*Pays de réserve*", p. 11-26.

2. É impressionante que essa política colonial tenha servido de modelo para a uniformização linguística da língua francesa no interior da França. Não esqueçamos que Jules Ferry foi Ministro das Colônias antes de se tornar Ministro da Educação.

3. Do francês: « *Il m'est resté de ce temps-là une impression pénible, trouble. Tout le monde parlait de Dieu, tout devait se faire pour l'amour de Dieu, mais on se sentait épié, vos paroles étaient pesées et rapportées à la Supérieure. [...] Quand je disais que toutes les religions avaient leur bon côté, on considérait cela comme un blasphème. On avait traduit les prières en kabyle : l'Ave Maria, le Pater, le Credo, et les Sœurs s'écrimaient à faire entrer ces phrases dans nos têtes rebelles. Et j'avais un sourire aux lèvres, dès que j'entendais la Sœur prononcer le kabyle à sa façon* ». Fadhma Aïth Mansour Amrouche, *Histoire de ma vie* (1968), prefácios de Vincent Monteil e Kateb Yacine, Paris, La Découverte/poche, 2000, p. 73. Tradução nossa.

Os antagonismos da tradução

a língua vernácula, como foi o caso em toda a África colonizada, não tanto pela abertura à cultura outra, mas para forçar a entrada nessa língua de dados e estruturas que não a haviam moldado.

A tradução contribui assim para a destruição da cultura fonte, sendo uma primeira forma de exercer sua violência. A segunda se manifesta quando esse movimento em direção às línguas locais, em parte em prol da educação e em parte da doutrinação, cessa completamente e quando a escola francesa recusa os efeitos benéficos que a influência do multilinguismo poderia suscitar. Ao mesmo tempo, ela impõe uma cultura da escrita, devastadora para um patrimônio oral de uma riqueza extraordinária. Uma só língua exerce agora a autoridade do saber e ela passa pelo livro. Ela confisca a pluralidade das falas e a dicção errante. Analisando as políticas educacionais dos primeiros cinquenta anos da colonização da Argélia, Yvonne Turin mostrou como as posições se endureceram depois de 1848 e como, progressivamente, os movimentos de uns para os outros através da tradução ou outras formas de trocas culturais quase foram interrompidos¹. Desde então, a iniciação dos colonos às línguas locais não ocorre e a própria tradução desaparece. Aos poucos, ela vai ressurgir através do próprio povo argelino: seus escritores, tendo sido educados em francês, vão se tornar escritores "em tradução", "homens traduzidos", segundo a famosa fórmula de Salman Rushdie com a qual ele dá nome à sua condição pós-colonial, na esteira de Edward Said que coloca em evidência, em toda hegemonia, a dissimetria entre aqueles que representam

1. Yvonne Turin, *Affrontements culturels dans l'Algérie coloniale. Écoles, médecines, religion*, 1830-1880, Paris, Maspero, 1971. Ainda sem versão para o português.

Tradução e violência

e aqueles que são representados, entre aqueles que traduzem e aqueles que são traduzidos¹. Esses homens traduzidos, por sua vez, favorecem a tradução. Assim, o escritor Mouloud Mammeri traduz contos berberes da região da Cabília, tal como Amadou Hampâté Bâ compila e traduz as obras da tradição oral do Sahel.

Essa situação continua a pesar sobre a Argélia contemporânea, mesmo após mais de cinquenta anos da independência. A posição geográfica do país e seu plurilinguismo poderiam ter contribuído para o desenvolvimento da tradução que, no entanto, acusa um atraso que não pode ser atribuído unicamente ao desequilíbrio das relações entre Norte e Sul. O abismo é notável em particular com o Marrocos, tamanho é o peso da sucessão contraditória das políticas linguísticas. Se o francês pôde ter sido vivenciado como a língua da opressão, ele também foi o "espólio de guerra", segundo a famosa expressão de Kateb Yacine que muitos escritores retomaram e continuam utilizando com êxito, no movimento contraditório de nem sempre aceitá-lo e de não querer separar-se dele. Fazem dele um espaço de experimentação do não-lugar, fortalecido pelas ambiguidades e pela polifonia que formam o cenário da comunicação literária. Além disso, a arabização está longe de ter sido vivenciada por todos os argelinos como uma época emancipadora, sobretudo após a lei de 1996 generalizando o uso da língua árabe a todos os níveis da sociedade (embora saibamos que foi aplicada de forma desigual). As línguas da Cabília, línguas maternas de quase um quarto dos argelinos, assim como o árabe argelino, dificilmente se baseiam no árabe literário. Yacine Derradji delinea os contornos de um espaço sociolinguístico "atravessado

1. Edward W. Said, *L'Orientalisme. L'Orient créé par l'Occident* (1978), *traduit de l'anglais par Catherine Malamoud*, Paris, Seuil, 1980. Edição em português: Edward W. Said. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Os antagonismos da tradução

por tensões e relações conflituosas existentes entre quatro línguas presentes no mercado linguístico. Ao competir entre si no sistema educacional, nas administrações do Estado, na mídia e na economia do país, o árabe padrão e a língua francesa são vítimas da incoerência do discurso oficial em matéria de política linguística e cultural, de um lado, e das mutações sociopolíticas que sacudiram o país desde o advento do sistema multipartidário, do outro. O árabe dialetal e o berbere em suas diversas variedades são desqualificados pelo discurso oficial, apesar de estarem abrindo um caminho, ao assumirem muitas áreas de emprego originalmente reservadas às línguas acadêmicas¹...". Mas essas políticas globalmente mais opressoras que incitadoras não favoreceram os movimentos de tradução do francês para o árabe ou do árabe para o francês, o que não ajudou a extensão da tradução para as outras línguas. Um estudo coproduzido pela Fundação Anna-Lindh (programa euro-mediterrâneo de tradução) e a revista *Transeuropéennes* ("Traduzir no Mediterrâneo"), que apresenta um estado da arte da tradução na Argélia, listou apenas 346 obras traduzidas durante um período que vai de 1983 a 2011, o que é um número muito baixo² mesmo com o aumento regular que vem acontecendo.

A situação no Marrocos é um pouco diferente, embora o multilinguismo ainda crie divisões profundas na

1. Do francês: « *traversé par des tensions et des rapports conflictuels qu'entretiennent quatre langues présentes sur le marché linguistique. Se disputant le système éducatif, les administrations de l'État, les médias et l'économie du pays, l'arabe standard et la langue française subissent les aléas de l'incohérence du discours officiel en matière de politique linguistique et culturelle d'une part et des mutations sociopolitiques qui secouent le pays depuis l'avènement du multipartisme d'autre part. L'arabe dialectal et le berbère dans leurs diverses variétés sont disqualifiés par le discours officiel, cependant ils se fraient tranquillement un chemin, accaparent bien des domaines d'emplois initialement réservés aux langues académiques...* » Tradução nossa. Yacine Derradji, *Le français en Algérie : langue emprunteuse et empruntée*. Disponível em : <http://www.unice.fr/ILF-CNRS/ofcaf/13/derradji.html>. Ver também Gilbert Grandguillaume, *La francophonie en Algérie*, Hermès, n° 40, 2003, p. 75-78 ; Rabah Soukehal, *La France, l'Algérie et le français. Entre passé tumultueux et présent flou*, *Les Cahiers de l'Orient*, n° 103, 2011/3, p. 47-60.

2. Lazhari Labter, *La traduction d'ouvrages de littérature et de sciences humaines et sociales en Algérie*, *Transeuropéennes*, 2011. Ainda sem versão para o português.

Tradução e violência

sociedade. Mas, talvez seja porque a "guerra das línguas"¹ tenha sido ali abertamente declarada (entre o darija e o árabe, entre o árabe e o francês, entre o amazigh e o árabe etc.) e os antagonismos revelados, que a tradução se faz necessária para desconstruir as hegemonias e reinscrever a realidade viva do multilinguismo. Do ano 2000 a 2016, foram traduzidas lá 1.317 obras, sendo 659 do francês e 146 do árabe. Ainda é pouco, mas bem mais do que na Argélia durante um período maior. Jalal El Hakmaoui, poeta arabófono e tradutor do francês para o árabe, estima que as coleções dedicadas à literatura traduzida do árabe na França (especialmente das editoras Seuil ou Actes Sud) privilegiam os autores do Mashreq (sobretudo do Líbano e do Egito), por estarem presas à ideia de que a literatura do Magrebe seria mormente francófona. Para ele, a tradução é uma operação decisiva para sair das hegemonias e descolonizar as mentes: afastar os preconceitos sobre a língua árabe, que seria esclerosada e não propícia à criação moderna, e superar o elitismo que envolve a língua francesa no Marrocos. "A fim de dinamizar a tradução de nossa literatura para o francês, a solução não está na França, mas na profissionalização da área da edição e das atividades conexas, de um lado, e do outro, no desenvolvimento de uma política regional, árabe e panafricana, que dê voz a nossa cultura e nossa forma de ver o mundo"². Uma viagem dos textos na África que não passa obrigatoriamente pela França, assim como a tradução para o árabe de pensamentos em francês não hegemônicos, esse é o programa proposto por Achille Mbembe, que Jalal El Hakmaoui tenta implementar

1. Segundo o título de um livro coletivo recente: *Maroc : la guerre des langues ?*, KENZA Sefrioui (éd.), Casablanca, En toutes lettres, 2018. Ainda sem versão para o português.

2. Do francês: « [P]our dynamiser la traduction de notre littérature vers le français, la solution n'est pas en France, mais dans la professionnalisation de l'édition et de ses métiers connexes, d'une part, et de l'autre dans le développement d'une politique régionale, arabe et panafricaine, pour faire entendre notre culture et notre manière de voir ». Jalal El Hakmaoui, « *Après l'empire, traduire* », in *Maroc : la guerre des langues ?*, *op. cit.*, p. 23-34 (p. 31). Tradução nossa.

Os antagonismos da tradução

de forma concreta *in loco*. No entanto, a recepção do livro de Fouad Laroui, *Le Drame linguistique marocain*, indica que os conflitos permanecem: ele defende o uso amplo do darija, o que provoca a ira dos adeptos da francofonia letrada e dos religiosos, que enxergam ali um ataque ao árabe clássico¹.

Étienne Balibar é um dos poucos filósofos a ter articulado amplamente as noções de violência e de tradução, ao relacionar a diferença e o diferendo. Refletindo sobre o que se passa na fronteira durante uma conferência sobre "Guerra e Tradução", ele lembra que o que parece ser uma antítese "é capaz de ser revertido em complementaridade, ou mesmo de expressar uma identidade mais profunda"². Portanto, é preciso esforçar-se para tornar o antagonismo dialético, e essa é, segundo Balibar, a principal preocupação de Edward Said quando insiste "*na interiorização do conflito cultural* por cada uma das partes presentes na colonização (e para além dela, no período 'pós-colonial') e nas possibilidades de transformação contidas nessa estrutura, ao mesmo tempo dissimétrica e recíproca"³. É em *Les Damnés de la terre*, de Fanon, que Said assinala a possibilidade de uma comunidade não antagonista capaz de unir europeus e argelinos em torno do anti-imperialismo. Seria uma comunidade interpretativa, se se preferir, instituída por formas dissidentes de interpretação "que produzem efeitos de contestação e alimentam as resistências, ao modificar o regime das

1. Fouad Laroui, *Le Drame linguistique marocain*, Casablanca, Le Fennec/Paris, Zellige, 2011. Ver o relato dele sobre essa recepção em *Maroc: la guerre des langues?*, *op. cit.*, p. 103-107. Ainda sem versão para o português.

2. Do francês: « *est capable de se renverser en complémentarité, voire d'exprimer une identité plus profonde* ». Étienne Balibar, « *Politique et traduction : réflexions à partir de Lyotard, Derrida, Said* », *REVUE Asylon(s)*, n° 7, 2009-2010 – <http://www.reseau-terra.eu/article932.html>. Tradução nossa.

3. Do francês: « *sur l'intériorisation du conflit culturel par chacune des parties en présence dans la colonisation (et au-delà d'elle, dans la période "postcoloniale") et sur les possibilités de transformation que contient cette structure à la fois dissymétrique et réciproque* ». *Ibid.* Tradução nossa.

Tradução e violência

traduções¹”. No próximo capítulo, retornaremos a todas as formas em que parece ser possível domesticar os antagonismos.

Antagonismos internos

Ao lado desses antagonismos externos, a reflexão sobre a tradução revela que o espaço da luta é o da tradução propriamente dita e não mais aquele, externo, da guerra das línguas em contextos de trocas desiguais.

O primeiro desses antagonismos conduz à rejeição pura e simples da tradução: é aquele que faz a distinção entre as traduções boas e as más. Ao presumir que existem boas traduções, minimizamos a oposição, ao aplicá-la apenas em alguns casos, enquanto mantemos a ilusão de um mundo perfeito, de um horizonte utópico onde, enfim, todos os conflitos seriam resolvidos e onde todas as traduções seriam boas. O campeão dessa polêmica é Henri Meschonnic, que acaba fazendo da boa tradução aquela que não é mais uma tradução. Todos os seus leitores são sensíveis à acuidade de suas armas críticas, a sua rejeição às vezes violenta daquilo que denomina uma "má tradução". Se utiliza disso para apresentar uma teoria da linguagem e um pensamento do ritmo absolutamente centrais; mas se nos ativermos ao enunciado do antagonismo, observamos que ele está deslocado, que ele não é mais inerente à tradução, mas inscrito nas incompetências do tradutor. Ao identificar a tradução à escrita em si (Se traduzir é escrever...²), Meschonnic oculta a diferença. Ele faz da boa tradução aquela que se libertou

1. Do francês: « *qui produisent des effets de contestation et alimentent des résistances en modifiant le régime des traductions* ». *Ibid.* Tradução nossa.

2. Do francês: « *Si traduire est écrire...* ». Henri Meschonnic, *Poétique du traduire*, Lagrasse, Verdier, 1999, p. 459. Tradução nossa. Edição em português: *Poética do traduzir*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo, Perspectiva: 2010

Os antagonismos da tradução

dos conflitos insolúveis, das contradições e dos mal-entendidos da tradução. "As boas [traduções] são exemplares visto que, ao contrário do caráter perecível dado como inerente à tradução - como se a tradução fosse em sua essência identificada à má tradução - elas mostram que uma tradução bem-sucedida não se refaz. Ela tem a historicidade das obras originais. Ela continua sendo um texto apesar de e com seu envelhecimento. As traduções são, então, obras - uma escrita - e fazem parte das obras¹". O inciso ("como se a tradução fosse em sua essência identificada à má tradução") é flagrante: o que parece para Meschonnic como um absurdo é, ao contrário, em minha opinião, o que constitui a força de pensamento da tradução - que deva ser sempre refeita, que envelhece, que nunca é *perfeitamente* "boa", mas apenas *relativamente* boa e que não se confunda com a obra. O confronto, para ele, é o da ideia de tradução com a ideia de literatura, em prol de uma generalização da segunda (a boa tradução sendo aquela que deixou de ser uma tradução e veio a ser ela própria literatura). Ela faz desaparecer o conflito entre o texto e seu duplo, transformando-os em dois corpos idênticos em princípio e em funcionamento.

Esse conflito, no entanto, é constantemente colocado em cena pela tradução, até mesmo quando ela faz parte do processo da obra, como no caso de Beckett. Assim, quando ele traduz, em *Malone Dies*, essa frase de *Malone meurt* "*bien les posséder, dans ma tête*", por "*I knew them off, by heart*", brinca com a equivalência linguística possível entre "*tête*" e "*heart*"; inscreve acima de tudo essa força do conflito que resulta em um corpo monstruoso, em que a cabeça está no lugar do coração e o coração no lugar da cabeça. Um corpo que é tanto real - que confunde pensamento

1. Do francês : « *Les bonnes [traductions] sont exemplaires en ceci que, contrairement au caractère périssable donné pour inhérent à la traduction – comme si la traduction était dans son essence identifiée à la mauvaise traduction –, elles montrent que la traduction réussie ne se refait pas. Elle a l'historicité des œuvres originales. Elle reste un texte malgré et avec son vieillissement. Les traductions sont alors des œuvres – une écriture – et font partie des œuvres* ». *Ibid.*, p. 85. Tradução nossa.

Tradução e violência

e sentimento - quanto metafórico - o corpo transformado e transformável da tradução¹. É errado, portanto, dizer que em Beckett (ou em todos os escritores autotradutores) estamos diante de dois originais, ou que a autotradução faz desaparecer a diferença entre a obra e a tradução, já que, como podemos ver nesse exemplo, e em muitos outros, a tradução demonstra que o texto, assim como o corpo, pode deixar de ser ele mesmo ao se transformar: os corpos ficam desordenados e não se parecem mais uns com os outros.

Outro antagonismo que pode falsear a questão da tradução agônica, além do que opõe tradução e literatura ao identificar a tradução à má tradução e ao absorver as outras na literatura, é o do intraduzível. Exceto se recorrermos a normas, que são precisamente o que é desfeito pelos textos literários, o status do intraduzível é inatingível “objetivamente”². Não obstante, o caráter relativo do traduzível no tempo não é o intraduzível, e o que é uma questão de interpretação não é intraduzível, tal como aquilo que é uma questão de linguagem. É somente a partir do momento em que não é mais possível transpor todas as virtualidades semânticas, fonéticas e gráficas que dialogam entre si numa palavra

1. Como bem mostrou Lily Robert-Foley, em sua tese (*Politique et poétique du tiers texte. Une expérience de lecture de L'Innommable/The Unnamable* de Samuel Beckett, defendida na Université Paris 8, em 2014), todo o poder inquietante desse texto bipartido, em que o texto deixa de ser ele mesmo na tradução.

2. Barthes assim o explica: "Diante do texto que não conheço nem posso ler, estou, ao pé da letra, 'desnortado'; produz-se em mim uma vertigem, uma desordem dos canais labirínticos: todos os 'otólitos' caem para um lado; em minha escuta (minha leitura), a massa significativa do texto oscila, não é mais ventilada, equilibrada por um jogo cultural" ("*L'Image*", texto proferido na Cerisy em junho de 1977, retomado em *Œuvres complètes*, t. V, 1977-1980, Eric Marty [ed.], Paris, Seuil, 1995, pp. 513-514). Tradução nossa.

Os antagonismos da tradução

ou expressão, que nos encontramos verdadeiramente no intraduzível. Jacques Derrida demonstra isso em relação a "*He war*" de *Finnegans Wake* e desse enxerto de uma língua no corpo da outra, do alemão no inglês¹. Aqui, ouvimos um convite urgente a traduzir, assim como uma forma de interdição, um "não traduzirás" enunciado pelo corpo monstruoso do substantivo-verbo em duas línguas (o "*war*" de guerra, em inglês, ou "*war*" de passado, em alemão). É preciso escolher, e esse é o problema. Somos forçados a fazer do plurilinguismo um monolinguismo. Derrida acrescenta: "A hegemonia [...] se manifesta no curso de uma guerra (*war*), através da qual o inglês tenta apagar o outro, as outras línguas domesticadas, neocolonizadas, dadas à leitura a partir de um único ângulo. Isso nunca foi tão verdade. Hoje²".

Às vezes, há uma autoafirmação de si do texto literário que impõe, com o intraduzível, sua irredutibilidade, seu caráter intocável (é o "*Noli me tangere*" da literatura em que insiste Derrida ainda em *Ulysse gramophone*). O perigo dessa autoafirmação - e o de se apoiar nela para falar do intraduzível literário - reside no fato de que conduz rapidamente ao caminho de uma mística do intraduzível: ele designaria assim uma parte da beleza, da potência própria ao texto - como se queira chamá-lo - que não pode ser nem interpretada nem traduzida, que seria pura resistência. É particularmente o caso da poesia, para a qual o intraduzível seria um valor, como diz Antoine Berman: "Que a poesia seja "intraduzível", isso significa duas coisas: que ela não *pode* ser traduzida, devido à infinda relação que institui entre

1. Jacques Derrida, *Ulysse gramophone. Deux mots pour Joyce*, Paris, Galilée, 1987, p. 43. Ainda sem versão para o português.

2. Do francês: « *L'hégémonie [...] se manifeste au cours d'une guerre (war), par laquelle l'anglais tente d'effacer l'autre, les autres idiomes domestiqués, néocolonisés, donnés à lire depuis un seul angle. Ce qui ne fut jamais si vrai. Aujourd'hui.* » Ibid., p. 47-48. Tradução nossa.

Tradução e violência

o 'som' e o 'sentido', e que ela não *deve* ser traduzida, porque sua intraduzibilidade (bem como sua intangibilidade) constitui sua verdade e seu valor. Dizer que um poema é intraduzível é na realidade dizer que se trata de um 'verdadeiro' poema"¹. Eu prefiro postular que se o intraduzível corresponde a uma resistência, a um excesso da linguagem da literatura, essa resistência e esse excesso podem, todavia, ser aproximados para nos dizer algo sobre a literatura e a língua, justamente pela tradução. Diante deste conflito irreduzível, tornado irreduzível por essa mística, podemos preferir os confrontos reais, os embates concretos que fazem da tradução um gesto difícil. Desse modo, os antagonismos da tradução dizem respeito tanto à guerra das línguas e às diferentes maneiras de habitar, por um lado, como às operações destrutivas concretas da prática, por outro. Mas, como veremos, essas relações conflituosas, quando não são vistas apenas como relações litigiosas de duas culturas em conflito (que Etienne Balibar resume ao retomar a palavra “diferendo” de Lyotard, e ao falar de “diferendo de frases no âmago da questão”)², não devem ser pensadas somente como problemas ou perdas. Elas podem resultar em uma outra política da tradução.

1. Do francês : « *Que la poésie soit “intraduisible”, cela signifie deux choses : qu'elle ne peut pas être traduite, à cause de ce rapport infini qu'elle institue entre le “son” et le “sens”, et qu'elle ne doit pas l'être, parce que son intraduisibilité (comme son intangibilité) constitue sa vérité et sa valeur. Dire d'un poème qu'il est intraduisible, c'est au fond dire que c'est un “vrai” poème.* » Antoine Berman, *La Traduction et la Lettre*, op. cit., p. 42. Tradução nossa.

2. Étienne Balibar, « *Politique et traduction : réflexions à partir de Lyotard, Derrida, Said* », art. cité. Existe um diferendo quando o reclamante se vê desprovido de meios para argumentar. Como se não existisse dano. O erro não está no idioma.

